

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 138

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 17 DE OUTUBRO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

| | |
|------------------------|-----------------------|
| Líder do Governo | Valdir Rossoni |
| Líder Oposição | Orlando Pessuti |
| PTB..... | Ademar Traiano |
| PFL..... | Plauto Miró Guimarães |
| PMDB..... | Nereu Moura |
| PPB..... | Tony Garcia |
| PT..... | Hermes Fonseca |
| PDT..... | Edgar Bueno |
| PSDB..... | Sérgio Spada |
| PL..... | Pastor Edson Praczyk |
| PSL..... | Edno Guimarães |
| PST..... | Divanir Braz Palma |

Representação Partidária

PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho (licenciado) - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni (licenciado) - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 01: Ricardo Maia; PSC - 01: Miltoninho Puppio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 103ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
17 DE OUTUBRO DE 2000**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Carlos Simões e Basílio Zanusso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielese, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53), achando-se em licença o senhor deputado Ângelo Vanhoni (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o nº 125/2000, do senhor José Menezes Neto, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de

Assistência Social, informando transferência de recursos para o Fundo Municipal de Assistência Social/PR, para manutenção dos serviços assistenciais de Ação Continuada e Rede Abrigo/2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 175/2000, do senhor Giovani Gionédís, secretário de Estado da Fazenda, encaminhando demonstrativo, das alterações de despesas realizadas em agosto de 2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 129/2000, do senhor José Menezes Neto, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, informando transferência de recursos para o Fundo Municipal de Assistência Social/PR, para manutenção dos serviços assistenciais de Ação Continuada e Rede Abrigo/2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 6406/2000, da senhora Carmen Lucia M. Silveira, coordenadora geral de Fundação Nacional de saúde, comunicando convênio realizado entre a Fundação Nacional de Saúde e o Instituto de Saúde do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1996/2000, da senhora Alcyone Saliba, secretária de Estado da Educação, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Irineu Colombo, que pede esclarecimentos sobre “Centros de Atendimento Especializado Para Deficientes Visuais, Caedevis”. **Ao conhecimento do senhor deputado inte-ressado.**

Sob o nº CTL/SEEG/187/2000, do senhor governador do Estado, encaminhando Decreto nº 2794, de 13 de setembro, que dá nova redação ao artigo 2º, do Decreto nº 2435, de 14 de agosto de 2000, este último já submetido a esta Casa, para mesma providência nos termos do disposto no § 2º, do artigo 23, da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997 (Of.CTL/SEEG/134/2000, de 15.08.2000). **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 481/2000, da senhora Clara Mie Sato, chefe de gabinete da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Edson Strapasson, que pede esclarecimentos sobre “locação ou aquisição de lonas e toldos para realização de eventos no Estado”. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1884

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 004/2000, item 04, em 2ª Discussão, de

minha autoria, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

REQUERIMENTO Nº 1885

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 013/2000, item 05, em 2ª Discussão, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1886

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 074/2000, item 06, em 2ª Discussão, de autoria do ilustre deputado Beto Richa, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1889

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, vêm perante Vossa Excelência para REQUERER a concessão de prazo suplementar, *ad-referendum* do plenário, de mais 60 dias, para a conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Supermercados.

Tal requerimento funda-se na necessidade que a referida comissão necessita de maior prazo para conclusão de trabalhos de investigação já iniciados e que estão em vias de obterem resultados, e também porque em virtude do período eleitoral, encontrou-se dificuldades para obtenção de quórum para realização das reuniões da CPI.

Sendo assim, após ouvido o soberano plenário, requer-se a dilação do prazo por mais sessenta dias, a contar da data de 12 de outubro do corrente.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(aa) GERALDO CARTÁRIO

ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 1890

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, vêm perante Vossa Excelência para REQUERER a concessão de prazo suplementar, *ad-referendum* do plenário, de mais 60 dias, para a conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Supermercados.

Tal requerimento funda-se na necessidade que a referida comissão necessita de maior prazo para conclusão de trabalhos de investigação já iniciados e que estão em vias de obterem resultados, e também porque em virtude do período eleitoral, encontrou-se dificuldades para obtenção de quórum para realização das reuniões da CPI.

Sendo assim, após ouvido o soberano plenário, requer-se a dilação do prazo por mais sessenta dias, a contar da data de 12 de outubro do corrente.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(aa) DURVAL AMARAL

TONY GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1894

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos Trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar, pelo falecimento do doutor Rubens Passerino Moura ocorrido dia 11 do corrente nesta capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com 78 anos de idade faleceu, nesta capital, no último dia 11, o doutor Rubens Passerino Moura, que deixou viúva dona Glacy e quatro filhos.

O doutor Rubens Passerino Moura era coronel médico reformado do Exército e ex-presidente do Clube Atlético Paranaense.

O desaparecimento do doutor Rubens veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos dentre eles este parlamentar.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandece o Senhor que olhará para a condição humana de Seu servo Rubens Passerino Moura.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Rubens Passerino Moura e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprendeu Dele para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família do doutor Rubens para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a Sua graça. Guardará Seu servo Rubens sob a sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos

pascais, chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes de nossos corações, fazendo com que nossa preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos deste participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Passerino Moura, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1903

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada do senhor Oscar Bolliger, cônsul da Suíça, falecido ontem nesta Capital.

Sala de Sessões, em 17.10.2000

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu em data de 16 de outubro do corrente, nesta capital, o senhor Oscar Bolliger.

Era filho de empresário Alberto Bolliger (fundador da loja Galeria Suíça) em nossa capital e era o proprietário do Shopping Galeria Suíça, tradicional em Curitiba.

Aos 66 anos, era empresário e Cônsul da Suíça. Homem voltado ao trabalho, sempre prezou os muitos amigos que cultivou e a família. Deixa viúva a senhora Regina Bolliger (Consulesa) e as filhas Dariene, Débora, Dagmar e Delorene e também netos.

À frente do Consulado, buscou com dedicação preservar as raízes e tradições do seu povo.

REQUERIMENTO Nº 1904

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada do ex-governador do Paraná, Ney Braga, falecido em data de ontem nesta Capital.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu nesta Capital, em data de ontem, o ex-governador Ney Braga.

Com 83 anos, Ney Braga foi um grande homem, um exemplo para o nosso Estado e a nossa gente. Nasceu na Lapa, dia 25 de julho de 1917, teve uma trajetória brilhante durante toda a sua vida. Foi chefe de Polícia (cargo correspondente ao de secretário de Segurança - de 1952 a 1954). Em 1954 foi prefeito da nossa capital, quando imprimiu modernidade à nossa Capital, preparando-a para a industrialização.

Ocupou o cargo de governador do Estado de 1960 a 1965 e de 1979 a 1982. Nas duas gestões, deu exemplos

de administração e muitas de suas obras são até hoje reconhecidas, como a pavimentação da Rodovia do Café. Foi o criador da Codepar, IPE, IAM, Telepar, Fundepar, Café do Paraná, Celepar, Sanepar e BRDE. O Paraná passou, durante suas gestões por um ciclo de modernidade e progresso.

Foi também deputado federal, senador, ministro da Agricultura e depois também ministro da Educação e Cultura, entre os muitos outros cargos de elevada importância que ocupou, sempre com extrema dedicação. Seu último cargo foi como diretor-geral da Itaipu Binacional.

Homem de muitos amigos, Ney Braga foi, acima de tudo, um cidadão na sua essência. Inovador e lutador, venceu todas as dificuldades que se interpuseram em sua caminhada de administrador.

Nosso Estado perde um grande homem. Perdemos um grande paranaense, um grande exemplo; fica no Paraná uma lacuna impossível de se preencher.

Ney Braga deixa viúva a senhora Nice Braga, sete filhos, dezenove netos e dezessete bisnetos, além de uma legião de amigos e companheiros que nele constantemente se espelhavam.

À sua família enlutada, os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1910

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, voto de pesar à família Mauad, pelo falecimento do senhor Nelson Luiz da Silva Mauad, ocorrido dia 13.10.2000, nesta Capital.

O arquiteto Nelson Luiz da Silva Mauad, era filho de Nelson José Mauad e de dona Eloah Cercal Silva e deixa viúva a senhora Mônica Pereira Mauad.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 1912

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à senhora Leonice de Oliveira e Silva, com votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor Oscar Teotônio da Silva, do município de Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Pertencente a uma grande família, Oscar Teotônio da Silva deixa como legado uma vida de correção, honestidade e integridade.

Sempre teve uma vida repleta de exemplos de comportamento e espírito comunitário. Pessoa bem relacionada, com disposição para viver em comunidade, era

bemquisto por todos, principalmente pela esposa, filhos e netos. Semeou junto à população ao longo da sua existência as sementes do bem.

Por intermédio deste deputado, a Assembléia Legislativa do Paraná, cumpre o doloroso dever de se associar à dor e ao pesar que se abateram sobre a família Oliveira e Silva, endereçando a ela, sito à Rua Mateus Leme, 1340, aptº 23, votos de sentidas condolências, rogando a Deus para que a todos conforte e ampare.

REQUERIMENTO Nº 1913

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à senhora Silvia Wolf, sito à Vila Cohapar, Sede Nova Laranjeiras com votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor João Wolf, do município de Nova Laranjeiras-PR.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento do senhor João Wolf, deixou consternada toda a população de Nova Laranjeiras. Há muitos anos no município, pai exemplar, deixará em todos seus familiares, um sentimento de dor e saudade irreparável. A eles, deixa também como legado uma vida toda de correção, honestidade.

As pessoas que conviveram com o senhor João Wolf, são testemunhas da sua benevolência, e da sua integridade, grangeando com isso uma legião de amigos e admiradores.

Por tudo isso, através deste parlamentar, a Assembléia Legislativa do Estado, cumpre o doloroso dever de se associar a dor e ao pesar recebidos pela família Wolf e a ela endereçar manifestação de votos de sentidas condolências e rogando a Deus para que a todos conforte e ampare.

REQUERIMENTO Nº 1915

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de mensagem de profundo pesar a senhora Oralina Bezen Pauli, pelo falecimento do senhor Beno Pauli de Três Barras do Paraná, ocorrido em 11 de outubro do ano em curso.

Requer ainda, que da decisão da casa, seja enviado o expediente à família, para a Câmara Municipal de Três Barras do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento do senhor Beno Pauli, deixou consternada a população de Três Barras do Paraná. Há muitos anos residindo no município, pai exemplar, deixará em todos seus familiares, um sentimento de dor e sau-

dade irreparável. A eles, deixa também como legado uma vida toda de bondade, lealdade e amizade.

O senhor Beno pauli soube em vida cativar simpatias e respeito. As pessoas que conviveram com ele, principalmente sua família, que nesse momento ressentem-se tristemente da sua ausência, são testemunhas da grande pessoa que ele foi.

A Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, votos de sentidas condolências, rogando a Deus que a todos ampare e conforte nesta hora de dor e sofrimento.

REQUERIMENTO Nº 1922

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, seja inserido voto de pesar à família do ex-governador Ney Braga, pelo seu falecimento em data de 17 do corrente mês.

O ex-governador do Paraná, Ney Aminthas de Barros Braga, de 83 anos, morreu ontem (17.10.2000), por volta das 8:30 horas, vítima de câncer ósseo, no Hospital Santa Cruz, em Curitiba. Figura dominante da política do Paraná desde os anos 50 até a década de 80, Braga foi prefeito de Curitiba, governador do Estado duas vezes, deputado federal, senador, e também, ministro da Agricultura e da Educação, durante o governo militar.

Nascido na Lapa, em 1917, foi o primeiro prefeito eleito de Curitiba em 53, comandando o chamado “ney-smo” até 1982.

O câncer ósseo degenerativo, há aproximadamente três meses, tirou Ney Braga do nosso meio.

Isto posto e justificado, solicitamos a inserção do voto de pesar nos anais desta Casa.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) TONY GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1888

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao município de Rio Branco do Sul, pela comemoração de seus 53 anos.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em data de hoje, o município de Rio Branco do Sul está comemorando 53 anos de fundação.

A história do município remonta da época das expedições exploradoras, que vinham à caça de ouro e do gentio, tarefa fácil não pelo ato em si, mas pela quantidade com que eram encontrados por estas paragens os primeiros habitantes de nosso Estado, os povos indígenas.

Ao longo de inúmeras incursões, muitos povoados foram surgindo naquela área e o primeiro povoado que deu origem ao atual município de Rio Branco do Sul, foi o de Nossa Senhora do Amparo.

Pelo Decreto Lei Estadual nº 7573 de 1983 extinguiu-se o município de Rio Branco, passando a pertencer ao município de Cerro Azul. Somente em 11 de outubro de 1947, pela Lei Estadual nº 02, é que foi restaurada a autonomia política voltando à denominação de Rio Branco, desta vez, acrescido do termo “do Sul”, para diferenciá-la da Capital do Estado do Acre.

O município está situado na região Sul do Brasil e pertence à Região Metropolitana de Curitiba, distante 33 km da Capital do Paraná. Sua riqueza de solo é imensa, encontrando-se ali calcário, granito, mármore e minérios como ferro, chumbo, cobre, etc. No município está instalado o maior complexo cimenteiro das Américas e um dos 5 maiores do mundo.

Sua economia é bastante rica, baseada principalmente em agricultura, pecuária com gado de corte e leiteiro, minerais e turismo, já que possui vários grotões de raríssima beleza natural.

Ao município de Rio Branco do Sul, pela passagem e comemoração de seus gloriosos 53 anos, receba o prefeito João Dirceu Nazzari e vice-prefeito Eloir Bueno, (R. Generoso Marques, 222 - Rio Branco do Sul / PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1893

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Reverendíssimo padre Gustavo Henrique Pereira Filho, pelo recebimento do Prêmio Heleno Fragoso.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Reverendíssimo padre Gustavo Henrique Pereira Filho.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 20, padre Gustavo Henrique Pereira Filho, receberá o Prêmio Heleno Fragoso, instituído pelo Instituto do mesmo nome, com o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná - OAB-PR.

Sensível e legado às causas sociais e políticas, o padre jesuíta Gustavo Henrique Pereira Filho, um dos mais conhecidos orientadores espirituais de Curitiba, comemorou ontem 90 anos de idade, 40 deles dedicados ao sacerdócio na cidade. Pelo seu trabalho, o padre Gustavo recebe, em 20 de outubro, o prêmio Heleno Fragoso, pelos direitos humanos, distribuído pelo Instituto do mesmo nome, com apoio da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Paraná (OAB-PR).

Gaúcho de Santa Maria, desde jovem passou a residir em Porto Alegre, onde formou-se em medicina e, já com mais de 30 de idade, entrou para a Companhia de Jesus, ordenando-se sacerdote jesuíta. “Uma vez fui a um retiro e isso me marcou muito. A partir daí, vi que podia ser médico do corpo e da alma”.

Em 1960, a convite de Dom Manuel da Silveira D’Elboux, então arcebispo de Curitiba, padre Gustavo passou a residir na cidade, na Casa dos Estudantes Universitários (CEU), já que recebera a incumbência de realizar um trabalho pastoral entre a juventude curitibana. Por isso, fundou em 1964, o Movimento Universitário Cristão (MUC), destinado à formação de universitários e de vestibulandos nos ensinamentos cristãos. Chegou a ser indicado pela Lei de Segurança Nacional devido à sua participação ativa na União Paranaense de Estudantes (UPE).

Ainda na década de 60, padre Gustavo lecionou pela cadeira de Deontologia Médica, na Faculdade de Ciências Médicas, em Curitiba, e fundou o Grupo de Estudos Cristãos de Curitiba.

Aos domingos, o padre realiza na igreja do Rosário, a Missa do Universitário, às 11 horas. Padre Gustavo é também capelão do Palácio Iguazu, da Assembleia Legislativa e do Poder Judiciário. O jesuíta se diz completamente realizado. “Eu seria capaz de começar tudo novamente com o mesmo ânimo. Mesmo tendo feito voto de pobreza, eu me sinto muito rico pelas amizades que cultivei”.

Estamos certos que o padre Gustavo, quando chegou em Curitiba, encontrou aqui um povo crente e ordeiro, sequioso por ouvir a palavra de Deus da boca autorizada de um sacerdote que como ele possui todas as qualidades de espírito e coração. Tem sido nestes 40 anos, não só o ministro de Deus, no ministério da santa religião, mas, ainda, o conselheiro seguro nos pequenos e grandes problemas que a cada passo surgem no caminho de nossa existência.

Ação do Reverendíssimo padre Gustavo tanto na esfera religiosa, como no campo do amparo social, é um penhor seguro de conforto para as almas que se acham sob seu apostolado.

É, portanto, motivo de grande júbilo para todos nós paranaenses, o recebimento do Prêmio Heleno Fragoso, pelo padre Gustavo Henrique Pereira Filho.

A este contentamento, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, se associa como representante da população paranaense.

REQUERIMENTO Nº 1895

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de congratulações ao Sindicato dos Engenheiros do Paraná - Senge, pela passagem do

Dia do Engenheiro Agrônomo, comemorado no dia 12 de outubro.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1896

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de congratulações, à federação de Atletismo do Paraná, pela passagem do Dia do Atletismo, comemorado no dia 12 de outubro.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1897

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de congratulações, ao Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - 8ª Região, pela passagem do Dia do Fisioterapeuta, comemorado no dia 13 de outubro.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1898

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o registro na ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de congratulações, ao Sindicato dos Securitários do Paraná, pela passagem do Dia do Securitário comemorado no dia 16 de outubro.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1899

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o registro na ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de congratulações, ao Sindicato dos Eletricistas do Paraná, pela passagem do Dia do Eletricista comemorado no dia 17 de outubro.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1900

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o registro na ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de congratulações, ao Conselho Re-

gional de Medicina - CRM, pela passagem do Dia do Médico comemorado no dia 18 de outubro.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1901

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o registro na ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de congratulações, ao Sindicato dos Estivadores do Paraná, pela passagem do Dia do Estivador comemorado no dia 18 de outubro.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1902

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações, ao professor Éverson Caleff Ramos, da Escola Estadual Professor Luiz Carlos de Paulo e Souza, por ter ganho o prêmio Victor Civita - Professor Nota 10.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O professor Éverson Caleff Ramos, da Escola Estadual Professor Luiz Carlos de Paulo e Souza, de Curitiba, foi vencedor da categoria História do Prêmio Victor Civita - Professor Nota 10, que selecionou os melhores projetos pedagógicos desenvolvidos por professores do ensino fundamental de todo o País o professor recebeu um troféu e cinco mil reais do prêmio.

Professor da classe noturna de correção de fluxo de 5ª e 6ª série, o professor Éverson Ramos usou a criatividade para contornar o problema de falta de material didático da escola. Para estimular os alunos que chegavam cansados depois de um dia duro de trabalho, o professor propôs aos alunos pintarem um mural coletivo que mostrava aspectos do cotidiano do povo egípcio antigo.

O professor Ramos pretende empregar parte do prêmio que recebeu em melhorias na escola e como reconhecimento da participação dos estudantes, ele quer organizar uma confraternização para os alunos que pintaram o mural.

REQUERIMENTO Nº 1911

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado voto de congratulações aos engenheiros agrônomos do Estado do Paraná, pela passagem do dia do Engenheiro Agrônomo, em data de 12 de outubro.

Justifico o presente requerimento, como reconhecimento aos brilhantes serviços prestados pelos engenheiros agrônomos à sociedade paranaense, em especial, o

aprimoramento e a consolidação da Agropecuária do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 1914

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao prefeito municipal senhor José Clemente de Azevedo, com votos de congratulações, pela passagem do 39º aniversário do município de Santana do Itararé, no próximo dia 22 de outubro do ano em curso.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dado ciência também aos vereadores para que em nome do Poder Legislativo, recebam os cumprimentos toda a população de Santana do Itararé.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Segundo os evangelhos apócrifos, Ana seria muito idosa para ter filhos, mas um anjo veio contradizer a natureza e desta forma nasceu a Virgem Maria, Mãe de Jesus. A Igreja canonizou Santa Ana no século VI. O termo Itararé é de origem tupi.

Tradicionalmente colonizada por desbravadores vindos do Estado de Minas Gerais, a frente pioneira ao longo do curso do Rio Itararé, era constituída de grandes fazendas. O mineiro João Barbosa adquiriu terras as margens do Rio Itararé, onde se estabeleceu. Mais tarde doou parte de suas terras aos menos favorecidos.

Foi desta forma que surgiu o Patrimônio de Barbosa, que foi fundado por frei Mateus de Gênova, um missionário que ajudou os pioneiros de Santana do Itararé. O religioso entronizou na capela do povoado uma imagem de Santa Ana e tornou-se um hábito da população festejar sua padroeira.

Com a chegada de novas levas de migrantes, vindas dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, o lugar foi crescendo, tanto é que pela divisão Territorial do Estado do Paraná do ano de 1920, com a denominação de Santana do Itararé, já figurava como Distrito Judiciário de Wenceslau Braz, em função de nova divisão territorial.

Hoje temos a grata satisfação de constatar que o esforço concentrado de diferentes raças e credos, valeu a pena. Os resultados são surpreendentemente favoráveis.

A proposição deste parlamentar, visa prestar uma justa homenagem àquela população que muito orgulha o nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 1919

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da

sessão de hoje, voto de congratulações ao jornal Tribuna do Paraná, alusivos aos 44 anos de fundação, comemorados na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao diretor presidente senhor doutor Paulo Cruz Pimentel, através de correspondência a ser encaminhada a Rua João Tscharnnel, 800, CEP 80820-010, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1920

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Patronato Ital Uil, alusivos a inauguração de sua sede de Curitiba, que ocorrerá na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao residente senhor Fábio Porta, através de correspondência a ser encaminhada a Rua XV de Novembro, 1040, CEP 85900-200, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1923

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Sindicato dos Professores no Estado do Paraná, alusivos ao dia do Professor, comemorados no último dia 15 de outubro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao residente senhor Sérgio Gonçalves Lima, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Desembargador Westphalen, 1927, CEP 80220-030, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1924

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a família Gil Fernandes, alusivos a inauguração do Posto Ivaiporã e suas modernas instalações, que ocorreu no último dia 22 de setembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência a família homenageada, através de correspondência a ser encaminhada a Av. Marechal Cordeiro de Farias, 07, CEP 86870-000, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1925

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Fehospar, Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde no Estado do Paraná, alusivos a posse da nova diretoria, que ocorreu no último dia 29 de agosto.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente senhor José Francisco Schiavon, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Augusto Stresser, 600, CEP 80030-340, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1926

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Associação dos Professores do Estado do Paraná, APP-PR, alusivos ao dia do professor comemorado no último dia 15 de outubro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente da APP-PR professor Romeu Gomes de Miranda, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Voluntários da Pátria, 475, CEP 80020-000, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1909

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso à senhora Maria Francisca Klosiensi, que no dia 25 de setembro próximo passado, completou 25 anos de atividade profissional como secretária executiva na Associação dos Cronistas Esportivos do Paraná, ACEP. Trata-se de uma competente profissional que desempenhou a função de secretária com muita eficiência, competência, seriedade e dedicação, conquistando desta forma o reconhecimento de todas as pessoas que ao lado dela trabalharam. Sua participação na associação foi muito importante, pois, devido a qualidade dos serviços prestados, contribuiu e muito para o sucesso da mesma. Trabalhadores como a senhora Maria Francisca devem ser enaltecidos e homenageados, motivo desta manifestação de júbilo. Os melhores cumprimentos deste deputado, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis, que se torna instrumento de toda a Comunidade Paranaense.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1917

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado nos Anais desta Casa, voto de louvor e congratulações ao Excelentíssimo senhor Goiovani Gionédís, secretário de Estado da Fazenda, e toda a equipe de governo que conduziu o processo de desestatização do Banco do Estado do Paraná, Banestado, e que culminou com a obtenção de um ágio, sobre o preço inicialmente previsto, de 30%, o que representa um marco histórico para o Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS, DUÍLIO GENARI, MARCOS ISFER, ALGACI TULIO, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO, VALDIR ROSSONI, ANTONIO BARATTER, NELSON GARCIA, SÉRGIO SPADA, ADEMAR TRIANO, CESAR SELEME, EDNO GUIMARÃES.

JUSTIFICATIVA:

Deve-se a firmeza e determinação do doutor Goiovani Gionédís, secretário de Estado da Fazenda a frente do processo de desestatização do Banestado, sempre conduzido de forma transparente e lúcida, o “Espetacular ágio do Banestado”, nas palavras do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, a seguir na íntegra.

“O ágio é espetacular e mostra dois sinais muito positivos para o Brasil. Foi uma grande venda para o Paraná e uma demonstração de confiança dos compradores na economia brasileira”.

O reconhecido mérito na privatização do Banestado, atribui-se ao governo Jaime Lerner num exemplar processo conduzido pelo secretário da Fazenda, doutor Goiovani Gionédís, cumprindo política determinada pelo Banco Central, sob orientação do Governo Federal.

REQUERIMENTO Nº 1921

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, que seja inserido voto de louvor ao jornal Tribuna do Paraná, órgão pertencente ao Grupo Paulo Pimentel de Comunicação, pelos seus 44 anos de circulação.

Ao longo deste anos a Tribuna do Paraná se consolidou como informativo policial e esportivo, ocupando a liderança dos matutinos da Capital e do interior.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) TONY GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1927

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de repúdio ao Partido dos Trabalhadores, PT, pela denúncia vazia, realizada contra o

Mutirão da Solidariedade, realizado pela igreja evangélica de Deus da Fazendinha, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

No último dia 12 de outubro, a Igreja Assembléia de Deus, do bairro da Fazendinha, nesta Capital, sob a responsabilidade do pastor Edilson Siqueira, em comemoração ao Dia da Criança, resolveu realizar em suas dependências, o mutirão da solidariedade, onde as pessoas daquela região, teriam diversos tipos de atendimento social gratuito, tais como: consultas médicas em várias especialidades, serviço de cabeleireiro, orientação jurídica, entre outros atendimentos.

Diante da intensa movimentação de pessoas que compareceram ao local para serem atendidas, militantes do Partido dos Trabalhadores, PT, formularam ao Tribunal Regional Eleitoral, TRE, denúncia vazia, alegando tratar-se de movimento de cunho político-partidário, o que resultou na chegada de fiscais daquele Tribunal, acompanhados de policiais armados no local.

Saliento que, é uma das características da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, o atendimento social filantrópico, que é realizado em suas inúmeras instituições assistenciais, ou em mutirões como este que foi realizado na Fazendinha.

Diante disto, quero deixar registrado o meu profundo descontentamento a esta atitude desastrosa, através desse voto de repúdio que ora apresento, esperando a acolhida do mesmo pelos demais colegas desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO Nº 1832

Senhor Presidente.

Requer ao Excelentíssimo senhor presidente desta Casa, envio de ofício ao secretário de Segurança Pública, a Sua Excelência o doutor José Tavares, a designação de delegado especial e se for o caso equipe especial, para apuração imediata do fato que ocorreu no período eleitoral, com o candidato do PMDB no dia 24.09, em Dois Vizinhos, uma vez que seu carro fora apresentado à Polícia com marca de estilhaços provocados por disparos.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Dois Vizinhos presenciou, assim como todos os municípios do país, a disputa pelo poder local neste último pleito. Vários fatos ocorreram e que deixam e com certeza deixarão o povo, conforme o ditado, “de boca aberta”.

Entre eles está um possível ou suposto atentado ao carro do candidato a prefeito da Situação pelo PMDB, no domingo último antes das eleições. De uma forma no mínimo estranha, ficamos sabendo que o carro do padre candidato por volta das 23h00 teria sido alvejado por tiros. Já na segunda, 25.09, às 07h00, o programa de rádio do próprio candidato do PMDB, já relatava o pos-

sível acontecido, insinuando que os adversários teriam provocado o fato.

A apuração foi prejudicada exatamente pelo clima de eleição. Muito embora já se tenha laudo pericial, mas quero com este requerimento solicitar a apuração exata da situação para que a população de Dois Vizinhos e região possa conhecer a verdade, verdadeira, do fato.

REQUERIMENTO Nº 1887

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de pedido de informações ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, referente às medidas tomadas com relação ao desastre ecológico ocorrido em julho deste ano, com vazamento de 4 milhões de litros de óleo da Repar, no município de Araucária.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Considerando que em 16 de julho passado ocorreu, na Refinaria Presidente Getúlio Vargas - Repar, em Araucária, o vazamento de 4 milhões de litros de petróleo, dos quais cerca de 1,3 milhões atingiram os rios Barigui e Iguaçu.

Considerando ainda que o óleo vazado da Repar chegou a percorrer cerca de 45 quilômetros, atingindo áreas agriculturáveis, matando 195 animais e que foi considerado pelas entidades ambientais, inclusive pelo IAP, como o maior desastre ambiental ocorrido em rios do país.

Considerando que o senhor Rubens Eduardo Medeiros Novicki, superintendente da Repar, afirmou, em reunião com entidades ambientalistas no dia 7 último, apresentando um balanço sobre o vazamento, que não houve impacto porque “no fim das contas o dano ambiental não foi tanto”, solicitamos ao IAP as seguintes informações:

1 - Quais as providências solicitadas à Repar, logo após o vazamento?

2 - Das providências solicitadas, quais foram cumpridas pela empresa?

3 - A direção da Repar vem informando o IAP quanto às ações tomadas, ou a tomar, para reparação do dano e para evitar outros? (Se positiva a resposta, encaminhar cópia das informações).

4 - Quais as medidas adotadas, dentro das normas do IAP, para evitar que persistam os danos crônicos ao meio ambiente causados pela atividade de risco da refinaria?

5 - Qual o destino que será dado às cinco toneladas de lixo contaminado por óleo dos Rios Barigui e Iguaçu, depois do vazamento e recolhido pela Repar?

6 - O relatório do IAP endossa a avaliação da Repar que o dano ambiental foi de pequena monta?

7 - Dentro do resultado da avaliação do IAP, qual a intensidade do impacto causado à área atingida (solo, rios, fauna, flora)?

REQUERIMENTO Nº 1918

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa de Leis, a reportagem editada em caderno especial do jornal Gazeta do Povo de hoje, sobre o ex-governador Ney Braga, falecido em data de ontem.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 1891

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, a transcrição nos Anais desta Casa de Leis, de requerimento encaminhado ao presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, por entidades representativas dos empregados do Banco do Estado do Paraná, solicitando: a) a instauração de procedimentos de investigação, para apurar os critérios utilizados na avaliação do Banestado e fixação do preço mínimo de leilão; b) solicitação dos laudos dos dois avaliadores contratados com os dados e critérios utilizados na avaliação de preço mínimo do Banestado; c) que seja determinada a suspensão da privatização do Banestado, até que, um auditor especial designado, possa apurar os fatos e as circunstâncias relatadas, para que então seja marcada nova data para o leilão.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

Projeto de Resolução:**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº**

Art. 1º - A alienação das ações do Banco do Estado do Paraná prevista no artigo 2º da Lei nº 12.201, de 25 de junho de 1998, ficam suspensas pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo Único - O leilão designado para o dia 17 de outubro de 2000 fica prejudicado, devendo se aguardar a conclusão das investigações sobre os negócios realizados pelo Banco do Estado do Paraná, em trâmite perante o Ministério Público do Estado do Paraná e Procuradoria da República, bem como conclusão das auditorias encetadas pelo Tribunal de Contas da União, Banco Central do Brasil e Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 2º - Decorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a Secretaria da Fazenda fica obrigada a fazer nova avaliação dos bens ativo e do passivo do Banco do Estado do Paraná S/A.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:**1 - DA BASE REGIMENTAL PARA A APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO**

O Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em seu artigo 122, § 2º assegura a apresentação pelos deputados de projeto de resolução nos termos seguintes:

“Art. 122 - A Assembléia exerce a sua função legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.

§ 2º - Os projetos de resoluções destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual, sobre que deva a Assembléia pronunciar-se exclusivamente em casos concretos, tais como:”

Portanto apresenta na forma regimental o projeto de resolução, a fim de ser analisado e aprovado pelo Parlamento Estadual, visando a proteção do patrimônio público do povo do Paraná, em obediência aos cânones do Direito Administrativo que rege a administração pública, estabelecidos no artigo 37 da Constituição da República.

2 - DA BASE LEGAL PARA A SUSPENSÃO DA VENDA DO BANCO DO ESTADO DO PARANÁ

As Leis Estaduais nºs 11.961, de 19 de dezembro de 1997; 12.201, de 25 de junho de 1998 e nº 12.602, de 30 de junho de 1999 autorizam a alienação das ações do Banco do Estado do Paraná S/A.

O Banco do Estado do Paraná tem sido um dos mais importantes instrumentos para o desenvolvimento econômico do Estado, fomentando a agricultura, a indústria e outros setores de vital importância para economia do Paraná.

A venda do Banco do Estado do Paraná significa grande prejuízo para a economia do Paraná, considerando que o Banestado sempre foi uma instituição de grande importância no desenvolvimento econômico do Paraná.

As graves irregularidades e fraudes que estão sendo objeto de investigações no Tribunal de Contas da União, Ministério Público do Estado do Paraná, Procuradoria da República, Banco Central do Brasil e Tribunal de Contas do Estado do Paraná, justificam aguardar o prazo de 180 (cento e oitenta) dias previsto no projeto de resolução.

As investigações e as suas respectivas conclusões poderão influenciar no valor das ações do Banco do Estado do Paraná.

2.1 - DO FUNDAMENTO JURÍDICO

A Constituição do Estado do Paraná define e estabelece a atribuição e competência da Assembléia Legislativa:

“Art. 54 - Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:

XXVIII - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;”

“Art. 74 - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembléia Legislativa, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo Único - Prestará contas qualquer pessoa física, jurídica ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária”.

A Constituição Federal em seu artigo 37 determina a administração pública direta e indireta deve obedecer obrigatoriamente os princípios da legalidade e moralidade:

“Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:”

Segundo o renomado José dos Santos Carvalho Filho o princípio da legalidade implica “subordinação completa do administrador à lei. Todos os agentes públicos, desde o que lhe ocupe a cúspide até o mais modesto deles, devem ser instrumentos de fiel e dócil realização das finalidades normativas”. Na clássica e feliz comparação de Hely Lopes Meirelles, enquanto os indivíduos no campo privado podem fazer tudo o que a lei não veda, o administrador só pode atuar onde a lei autoriza.

É extremamente importante o efeito do princípio da legalidade no que diz respeito aos direitos dos indivíduos. Na verdade, o princípio se reflete na consequência de que a própria garantia desses direitos depende de sua existência, autorizando-se então os indivíduos à verificação do confronto entre a atividade administrativa e a lei. Uma conclusão é inarredável: havendo dissonância entre a conduta e a lei, deverá aquela ser corrigida para eliminar-se a ilicitude.” (in “Direito Administrativo, Editora Lumem Júris, 3ª Edição, Rio de Janeiro, 1999, pág. 12).

E continua o renomado autor sobre o princípio da Indisponibilidade:

“Os bens e interesses públicos não pertencem à Administração nem a seus agentes. Cabendo-lhes apenas geri-los, conservá-los e por eles velar em prol da coletiv-

idade, esta sim, a verdadeira titular dos direitos e interesses públicos.

O princípio da indisponibilidade enfatiza tal situação. A administração não tem a livre disposição dos bens e interesses públicos, porque atua em nome de terceiros. Por essa razão é que os bens públicos só podem ser alienados na forma em que a lei dispuser. Da mesma forma, os contratos administrativos reclamam, com regra, que se realize licitação para encontrar quem possa executar obras e serviços de modo mais vantajoso para a Administração.

O princípio parte, afinal, da premissa de que todos os cuidados exigidos para os bens e interesses públicos trazem benefícios para a própria coletividade.” (in “Direito Administrativo, Editora Lumem Júris, 3ª Edição, Rio de Janeiro, 1999, pág. 17).

O renomado Diogo de Figueiredo Moreira fala que o princípio da moralidade pública deriva da legitimidade política e da finalidade dos atos administrativos, *in verbis*:

“A autonomia deste princípio, defendida entre nós por Hely Lopes Meirelles e José Cretella Júnior, foi reforçada pela explicitação que lhe conferiu a nova ordem constitucional.

Com efeito, a Constituição de 1988, em quatro dispositivos, deu relevância à moralidade como princípio norteador da administração pública: no artigo 37, *caput*, ao elencá-lo entre os princípios expressos a ela dirigidos; no art. 5º, LXXXIII, ao mencioná-la como condição de validade do ato do Poder Público; no artigo 85, V, ao referir-se à probidade na administração, como valor jurídico inviolável pelo Presidente da República e, finalmente, no artigo 37, § 4º, ao cominar com a suspensão dos direitos políticos, com a perda da função pública, com a disponibilidade dos bens e com o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível, os atos de improbidade administrativa.

Na verdade, a moralidade administrativa, entendida com espécie diferente da moral comum, é uma derivação da legitimidade política e da finalidade pública, já estudadas.

É que é pela finalidade que se estabelece, entre outros limites, o que vem a ser moralidade da atuação pública, aferida em relação a seus fins e a seus meios, mas sempre conotado à idéia de legitimidade da ação do Estado no atendimento do interesse público. A utilização de meios ilegítimos ou a traição da finalidade, que está ínsita na regra de competência, é que caracterizam a imoralidade e acarretam a anulação do ato administrativo e, ainda aí, com Cretella, afirmamos que a ineficácia não decorreu imediatamente da violação da regra moral de conduta, mas imediatamente, pois, de per-mei-o, foi violada a regra jurídica que a continha.” (Diogo de Figueiredo Moreira, Curso de Direito Administrativo, 10ª Edição, Rio de Janeiro, Forense, 1992 pág. 68/69).

Em conclusão, são estas as razões que motivam e justificam a apresentação do projeto de resolução, com o fim de proteger o patrimônio público, e assegurar o cumprimento das leis que regem a administração pública.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 327/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o governo do Estado do Paraná, a executar serviços de restauração em diversos trechos de rodovias estaduais, conforme especifica:

- a) restauração de trecho de 18 km, entre São Jorge do Ivaí e a PR-323;
- b) restauração da rodovia PR-552, entre São Jorge do Ivaí e Mandaguaçu, numa extensão de 24 km;
- c) restauração de trecho de 16 km da rodovia PR-218, entre Atalaia e a BR-376;
- d) restauração de trecho de 19 km da rodovia PR-461, entre Ângulo e Lobato;
- e) restauração de trecho de 06 km da rodovia PR-569, entre Marilena e Nova Londrina;
- f) restauração de trecho de 42 km da rodovia PR-218, entre Loanda e Querência do Norte, passando por Santa Cruz do Monte Castelo.

Art. 2º - Os recursos financeiros para execução de restauração dos trechos nominados no artigo 1º desta lei serão os decorrentes do Orçamento Geral do Estado do Paraná, tendo preferência em cancelamentos a serem efetivados pela Secretaria de Estado dos Transportes de programas não realizados em sua área no exercício de 1999.

Art. 3º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A situação das rodovias estaduais, na maioria de seus trechos, encontra-se em estado precário, necessitando de reparos urgentes, antes que esses trechos fiquem praticamente sem condições de tráfego.

Os trechos assinalados neste projeto de lei são importantes, não só para os usuários tradicionais desses municípios, mas também para o escoamento das safras agrícolas daquela região.

O projeto de lei em epígrafe pretende priorizar restauração desses trechos, se possível no corrente ano, no mais tardar, no início do próximo ano.

PROJETO DE LEI Nº 328/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominado Palácio Governador Ney Aminthas de Barros Braga, o prédio da sede do Governo do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

Apoioamento:

Luiz Carlos Martins, Ricardo Chab, Beto Richa, Tiago Amorim Novaes, Duílio Genari, Nelson Justus, Beraldin, Orlando Pessuti, Luiz Fernandes da Silva Litro, Antonio Carlos Belinati, Serafina Carriello, Tony Garcia, Luiz Accorsi, Cezar Silvestri, Carlos Simões, Edno Guimarães, Ricardo Maia, Ademar Traiano, Basílio Zanusso, Antonio Annibelli, Valdir Rossoni, Nelson Garcia, Pastor Edson Praczyk, Geraldo Cartário, Antonio Baratter e Chico Noroeste.

JUSTIFICATIVA:

O Palácio Iguaçu, denominação inspirada nas famosas Cataratas de Foz do Iguaçu - sede do governo do Estado do Paraná, situado no Centro Cívico desta Capital, foi inaugurado em 19 de dezembro de 1954, pelo então presidente da República, doutor João Café Filho.

A denominação atual é, sem dúvida, uma justa homenagem a um dos mais belos pontos turísticos do nosso Estado. No entanto, dada a sua importância, nada mais justo do que denominá-lo com uma homenagem pelos que ali passaram, escrevendo os caminhos e destinos do nosso Paraná.

Com a mesma finalidade, outras sedes do governo estadual do nosso País já o fizeram. São exemplos, o Palácio Senador Guimarães Santos (em Rio Branco, no Acre), o Palácio Petrônio Portela (em Terezina, no Piauí) e o Palácio Tiradentes (no Rio de Janeiro), entre tantos outros - todos homenageando grandes nomes, de homens que muito fizeram pela gente do nosso Brasil.

Com uma área de mais de quinze mil metros quadrados, o prédio abriga, em seus quatro pavimentos, a sede do Governo do nosso Estado e por ali passaram grandes homens que administraram o Paraná.

Dentre os grandes nomes que por ali passaram, não podemos deixar de destacar o ex-governador Ney Aminthas de Barros Braga.

Ney Braga, que nos deixou na data de ontem, com 83 anos, foi um grande homem, um exemplo para o nosso Estado e a nossa gente. Nascido na Lapa, dia 25 de julho de 1917, teve uma trajetória brilhante durante toda a sua vida. Foi chefe de Polícia (cargo correspondente ao de secretário de Segurança - de 1952 a 1954). Em 1954 foi prefeito da nossa Capital, quando imprimiu modernidade à nossa cidade, preparando-a para a industrialização.

Ocupou o cargo de governador do Estado de 1960 a 1965 e de 1979 a 1982. Nas duas gestões, deu exemplos de administração e muitas de suas obras são até hoje

reconhecidas, como a pavimentação da Rodovia do Café. Foi o criador da Codepar, IPE, IAM, Telepar, Fundepar, Café do Paraná, Celepar, Sanepar e BRDE. O Paraná passou, durante suas gestões, por um ciclo de modernidade e progresso.

Foi também deputado federal, senador, ministro da Agricultura e depois, também, ministro da Educação e Cultura, entre os muitos outros cargos de elevada importância que ocupou, sempre com extrema dedicação. O último cargo que ocupou foi como diretor-geral da Itaipu Binacional.

Homem de muitos amigos, Ney Braga foi, acima de tudo, um cidadão na sua essência. Inovador e lutador, venceu todas as dificuldades que se interpuseram em sua caminhada de administrador e representa meio século da história moderna do Paraná, tendo sido um líder político de toda uma geração. Seus seguidores foram muitos, que nele se espelharam em todas as horas; foi um formador de políticos - muitos homens que hoje estão no poder, ou já passaram por ele, só o fizeram por seu incentivo e exemplo.

Queremos, com este projeto de lei, prestar uma homenagem a todos os governadores do Estado, na pessoa de Ney Aminthas de Barros Braga, que, com certeza, foi um marco na história do Paraná e do Brasil, por seu caráter, seu trabalho, sua dedicação e, acima de tudo, seu amor pela nossa terra e a nossa gente.

PROJETO DE LEI Nº 329/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Preservação Ambiental dos Mananciais do Rio Iguaçu e da Serra do Mar - APPAM, com sede e foro no município de Piraquara.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Associação Paranaense de Preservação Ambiental dos Mananciais do Rio Iguaçu e da Serra do Mar, foi criada com o objetivo de executar ações de mobilização, conscientização e atividades paralelas de interesse comunitário, voltadas à preservação, defesa e valorização dos sistemas naturais de recursos hídricos, minerais, fauna e flora da região de mananciais da Serra do Mar.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 330/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública estadual a Associação de Caridade, Proteção à Maternidade e Infância de Rio Negro - PR, com sede e foro no município de Rio Negro - PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Caridade, Proteção à Maternidade e Infância de Rio Negro - PR, constitui uma entidade civil sem fins lucrativos, políticos ou religiosos.

A referida associação vem desenvolvendo ações de relevante teor social, abrangendo uma parcela da população representada por gestantes, nutrízes e crianças.

Entre suas principais atividades podemos citar a celebração de convênios com entidades que realizam a prestação de serviços na área de saúde, incluindo ainda a participação em conjunto com os demais órgãos na definição da política municipal da saúde, desenvolvendo ainda a promoção de assistência social beneficente para pessoas carentes sem distinção de idade, de nacionalidade, credo, opinião política ou qualquer outra condição.

Todas estas realizações promovem de forma gradativa a melhoria da qualidade de vida da população atendida, evitando desta forma a potencialização de vários problemas sociais.

Em função dos motivos acima expostos, solicitamos aos nobres pares desta Casa de Leis, seu reconhecimento como entidade de utilidade pública estadual.

PROJETO DE LEI Nº 331/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública estadual o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jardim Alegre - PR, com sede e foro no município de Jardim Alegre - PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jardim Alegre - PR, constitui uma entidade civil sem fins lucrativos políticos e religiosos.

A referida associação vem desenvolvendo ações de relevante teor social, abrangendo o segmento representado por profissionais trabalhadores rurais que exercem suas atividades como assalariados bem como os pequenos produtores proprietários ou não que desenvolvem

atividades na produção extrativa rural, individualmente ou em regime de economia familiar.

Entre suas principais atividades podemos citar a prestação de serviços de assistência jurídica aos seus associados, a colaboração com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social incluindo a fundação e manutenção de escolas de alfabetização e pré-vocacionais, entre outras de similar importância social.

Todas estas realizações promovem de forma gradativa a melhoria da qualidade de vida da população atendida, colaborando desta forma para a diminuição do êxodo rural, evitando a potencialização de vários problemas sociais.

Em função dos motivos acima expostos, solicitamos aos nobres pares desta Casa de Leis, seu reconhecimento como entidade de utilidade pública estadual.

PROJETO DE LEI Nº 332/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O processo de escolha de diretores dos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual será precedido de eleições pela comunidade escolar, por voto direto, secreto e facultativo, proibido o voto de representação.

§ 1º - A eleição do diretor importará a(s) do(s) diretor(es) auxiliar(es) com ele registrados.

§ 2º - A eleição será realizada, simultaneamente, em todos os estabelecimentos de ensino no mês de novembro.

§ 3º - Comunidade escolar é o conjunto de alunos habilitados a votar, pai, mãe ou responsável de direito ou de fato por aluno não votante; professores; especialistas da educação e demais funcionários em exercício no estabelecimento de ensino.

§ 4º - Poderão votar os alunos matriculados no ensino médio e os alunos maiores de 16 dezois anos matriculados no ensino fundamental.

Art. 2º - O mandato do diretor será de 03 (três) anos, com início no dia 1º de janeiro.

Art. 3º - Nos estabelecimentos de ensino básico, fundamental e médio, excetuados os colégios agrícolas e florestais, poderá ser votado o candidato que comprove:

I - ser ocupante de cargo efetivo no QPM, no QUP, estabilizado pela Lei nº 10.219/92 de 21 de dezembro de 1992, celetista TF 57 e TF 58 ou ocupante de cargo efetivo do Quadro Geral do Estado, com formação pedagógica;

II - ter, no mínimo, um ano de exercício no estabelecimento de ensino que pretende dirigir, até a data do pleito;

III - possuir, o curso de magistério quando se tratar de candidato a diretor de estabelecimento de ensino que

ministre ensino básico, apenas até a 4ª série e possuir curso superior quando se tratar de candidato a diretor de estabelecimento de ensino que ministre ensino básico até a 8ª série ou Ensino Médio;

IV - não ter sido condenado judicialmente, com sentença transitada em julgado;

Parágrafo Único - O candidato à direção-auxiliar deverá preencher os requisitos deste artigo.

Art. 4º - Nos Colégios Agrícolas e Florestal, poderá ser votado o candidato que comprove;

I - ser ocupante de cargo efetivo nos quadros da SEED ou estabilizado pela Lei nº 10.219/92 de 21 de dezembro de 1992;

II - ter, no mínimo, 01 ano de exercício no estabelecimento de ensino que pretende dirigir, até a data do pleito;

III - possuir habilitação em nível superior nos cursos de:

- a) Agronomia;
- b) Medicina Veterinária;
- c) Zootecnia;
- d) Engenharia Florestal;
- e) Administração Rural.

IV - não ter sido condenado judicialmente, com sentença transitada em julgado;

Parágrafo Único - O candidato à direção-auxiliar deverá preencher os requisitos deste artigo, exceto o contido no inciso III.

Art. 5º - O candidato poderá se registrar apenas em um único estabelecimento de ensino.

Art. 6º - Nos estabelecimentos de ensino onde não houver candidato, ou o candidato único não obtiver 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos votos válidos, será realizado novo processo eleitoral até 30 dias após o processo, de acordo com novas disposições a serem elaboradas pela SEED.

Parágrafo Único - Permanecendo, ainda, algum estabelecimento de ensino sem diretor, este será indicado pela SEED por um prazo de 90 dias, a contar da designação dos eleitos, quando novo processo eleitoral será realizado, conforme normas a serem estabelecidas pela SEED.

Art. 7º - Esta resolução não se aplica aos estabelecimentos de ensino que tiverem menos de 50% (cinquenta) alunos regularmente matriculados considerados até 06 (seis) meses antes da data das eleições.

Parágrafo Único - Caberá à SEED decidir o suprimimento da função de diretor.

Art. 8º - Será considerado eleito o candidato que obtiver a maioria simples dos votos válidos, de acordo com a seguinte fórmula:

$$V(X) = \frac{PA(X).50}{VVPA} + \frac{PF(X).50}{VVPF}$$

Onde:

V(X) = total de votos alcançados pelo candidato.

PA(X) = número de votos de pais e alunos para o candidato
VVPA = número total de votos válidos de pais e alunos
PF(X) = total de votos de professores e funcionários para o candidato.

VVPF = número total de votos válidos de professores e funcionários.

§ 1º - Não serão computados como válidos os votos nulos.

§ 2º - Em caso de empate, será considerado vencedor, em ordem de prioridade, o candidato que:

I - seja mais antigo no magistério estadual;

II - seja mais antigo no estabelecimento de ensino.

Art. 9º - O candidato único deverá obter 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos votos válidos para ser considerado eleito.

Parágrafo Único - Não ocorrendo a hipótese de que trata este artigo, aplicar-se-á o disposto no art. 6º e parágrafo único do artigo 7º.

Art. 10 - Haverá em cada estabelecimento de ensino uma comissão eleitoral que se encarregará da condução do processo de escolha do candidato pela comunidade escolar.

Parágrafo Único - A comissão eleitoral será composta por um representante de cada segmento da comunidade escolar, desde que aptos a votar, eleitos por seus pares.

Art. 11 - O registro de candidato a diretor e diretores auxiliares será feito em chapa única, junto à comissão eleitoral.

Parágrafo Único - A comissão eleitoral convocará assembleia geral da comunidade escolar para apresentação da proposta de trabalho do(os) candidato(os).

Art. 12 - O candidato a diretor em estabelecimento de ensino que comporte mais de um diretor-auxiliar, indicará, no ato de composição e registro da chapa, aquele que o substituirá nos eventuais impedimentos ou na vacância da função.

Art. 13 - Na vacância da função de diretor nos 02 (dois) primeiros anos, responderá pela função o diretor-auxiliar por um prazo de até 120 (cento e vinte) dias, quando novo processo eleitoral se realizará.

Parágrafo Único - Ocorrendo a vacância no último ano, o diretor-auxiliar completará o mandato do diretor e, por meio de assembleia da comunidade escolar, será escolhido um novo diretor-auxiliar.

Art. 14 - Em estabelecimento de ensino, recém-instalado, seja por criação, por desmembramento ou que,

em virtude de ampliação de atendimento vier a comportar a função de diretor, até o surgimento na forma desta resolução, será designado para o exercício da função de diretor, servidor do quadro do magistério em exercício no estabelecimento de ensino.

Parágrafo Único - No caso do *caput* deste artigo, a eleição ocorrer dentro de 06 (seis) meses.

Art. 15 - Perderão a função o diretor (c) o diretor-auxiliar que forem condenados judicialmente, com sentença transitada em julgado.

Art. 16 - Compete à diretoria geral da SEED supervisionar; à assessoria jurídica, coordenar e aos NRES e estabelecimentos do ensino executar o processo eleitoral.

Art. 17 - Os casos omissos serão resolvidos pelo secretário de Estado da Educação, após ouvida a comissão central especialmente constituída para esse fim.

Art. 18 - Esta lei entrará em vigor a partir de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.10.2000.

(aa) NEREU MOURA, IRINEU COLOMBO, EDSON STRAPASSON, WALDIR PUGLIESI, EDGAR BUENO, ALGACI TULIO, ADEMIR BIER, AUGUSTINHO ZUCCHI, ANTONIO BARATTER e ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A eleição de forma direta e secreta dos diretores das Escolas Públicas do Paraná, normatizada através de lei aprovada na Assembleia Legislativa, (Lei 7961/84) foi um avanço na democratização das escolas estaduais. Atualmente os diretores vêm sendo eleitos através de Resolução da Secretaria de Estado da Educação, a fim de dar consistência ao processo, de forma a se evitar que periodicamente ocorram turbulências no interior das escolas. Justamente pela indefinição sobre o processo de escolha dos diretores das escolas, é que precisamos tranquilizar este importantíssimo segmento da vida de todos os paranaenses, restabelecendo, de uma vez por todas, a escolha direta e secreta dos diretores das unidades escolares, pela comunidade escolar.

Ressalta-se ainda que este é um compromisso assumido pelo governador Jaime Lerner, quando candidato, em documento encaminhado à APP-Sindicato pelo atual prefeito de Curitiba, Cássio Taniguchi, na qualidade de presidente da coligação Paraná-Novos Caminhos.

Além do mais, este é também um compromisso assumido pelo governo durante a recente greve dos professores e funcionários das escolas públicas paranaenses.

Por todas estas razões e acima de tudo porque qualidade de ensino esta intimamente associada à gestão democrática da escola é que solicitamos o apoio de todos os senhores parlamentares.

Acrescentamos ainda que este projeto responde aos interesses de todas as entidades sindicais e associati-

vas da Educação do Paraná como APP, Sindicato dos Trabalhadores e Educação Pública do Paraná, Apade - Associação Paranaense de Administradores Escolares, ADEEG - Associação de Diretores de Goioerê, Agelon - Associação de Gestores das Escolas Públicas do Núcleo de Londrina, AGEPP - Associação de Gestores de Escolas Públicas de Ponta Grossa, Associação de Diretores de Escolas de Curitiba, Ivaiporã e Irati.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência anuncia com satisfação a presença do prefeito eleito em Foz do Iguaçu, nosso ex-companheiro Samis da Silva, bem como do ex-deputado Dobrandino da Silva, dois companheiros aqui desta Casa. Sintam-se em casa. E com satisfação também registramos a presença do prefeito de Ângulo, prefeito eleito de Ângulo, o Zezão; o seu vice-prefeito Moisés; os vereadores Márcio, João e Donizete. Sejam bem vindos à nossa Casa.

O SR. NEREU NOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, em nome do PMDB nós também queremos nos congratular com o nosso ex-deputado Samis da Silva, agradecer a sua visita aqui e parabenizá-lo pela vitória, além do seu vice-prefeito, Rorato, vereador lá de Foz do Iguaçu que está presente. E queremos também agradecer a presença do prefeito eleito de Canta Galo, Mateu Paulino da Rocha e do vice-prefeito Télcio Frits que se fazem presentes aqui na Tribuna de honra, e nós agradecemos a visita deles senhor presidente.

O SR. NELSON GARCIA (Pela Ordem)

Senhor presidente, também queria registrar a presença do Laércio, o José Alves de Moraes e o Marbes Bogaz que foram vereadores eleitos na cidade de Cafezal do Sul.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu gostaria de registrar a presença do prefeito eleito de Nova Prata do Iguaçu, o Jair.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Seja bem vindo o prefeito Jair, bem como os vereadores eleitos da cidade de Cafezal do Sul.

Não há oradores inscritos no pequeno Expediente. No Grande Expediente com a palavra o deputado Beraldin.

O SR. BERARDIN

Senhor presidente, senhor deputado.

(Lê):

Dois fatos importantíssimos aconteceram na semana passada. Fatos que iniciam uma nova era na vida pública e, com certeza, abre perspectiva do novo controle da máquina estatal.

O Supremo Tribunal Federal rejeitou o pedido do PT e outros partidos que numa Ação Direta de Inconstitu-

cionalidade pretendiam derrubar o artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal que limita os gastos com pessoal em 50% para a União e 60% da receita líquida para Estados e Municípios.

Por sua vez o Senado Federal, em votação unânime e simbólica, aprovou as penas para a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A partir desta lei, o governante que desobedecer as regras da administração pública vai parar na cadeia, pois entre outras coisas a partir de agora é crime, punido com pena de 2 a 8 anos de reclusão, instaurar processo, investigação ou inquérito contra alguém que se sabe ser inocente.

Também é considerado crime autorizar ou realizar operação de crédito sem autorização legislativa; autorizar despesa nos últimos oito meses do fim do mandato e que não seja integralmente paga no exercício.

Portanto, senhor presidente, senhores deputados, os próximos prefeitos que se preparem, no próximo mandato não será uma mera irregularidade ou simples crime de responsabilidade que dependia do julgamento das Câmaras Municipais e que na prática dificilmente havia punição."

Estou esperando que o Plenário se acomode, para que possamos, evidentemente, não ser atrapalhado, desde que todo mundo fique conversando, do jeito que estamos aqui.

Pediria, então, ao senhor presidente, que interferisse.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, o deputado Beraldin.

Esta Presidência solicita encarecidamente a atenção dos nobres pares, para a locução do deputado Beraldin.

O SR. BERARDIN

(Lê):

"Agora é crime comum e o ajuste de contas será com o Ministério Público e a Justiça Comum. É o início de uma nova era que pode pôr fim a irresponsabilidade e a impunidade.

Porém, cabe o alerta a esta Casa e principalmente à nossa Mesa Executiva. A nova Lei de Responsabilidade Fiscal não serve apenas para segurar e enquadrar o Poder Legislativo, mas todos os Poderes, Judiciário e também o Legislativo.

Por isso, nobres colegas, é hora de pôr a barba de molho e com responsabilidade tratar de democraticamente organizar o Tribunal de Conta como órgão auxiliar deste Poder. É nosso direito, nossa competência e por isso mesmo nossa obrigação.

Esclareça-se que a Lei de Responsabilidade Fiscal limita os gastos dos Poderes nos seguintes percentuais:

Nos Estados:

Da receita líquida caberá 49% para o Executivo

..... 6% Judiciário

..... 2% Min. Públ.
 3% Legislativo,
 incluindo o Tribunal de Contas.

Aqui é que estará o nó da questão para o Poder Legislativo dos Estados, que via de regra não possuem uma definição legal na repartição da receita.

Muito embora já conste da nossa Constituição do Paraná no artigo 98, § 1º que o limite na participação da receita será de 6% ao Poder Judiciário, a verdade é que a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal o Ministério Público adquire maior autonomia, pois que lhe é assegurado 2% da receita estadual.

A Gazeta do Povo, do último dai 12, traz notícia de que o Tribunal de Contas já estaria fazendo reuniões com prefeitos e vereadores para alertá-los do que podem e não podem fazer depois do advento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Louvável sem dúvida este comportamento, porém estranho que tais reuniões sejam feitas com os atuais prefeitos e vereadores, muitos dos quais encerram seus mandatos no fim do ano. Mas, antes tarde do que nunca.

A minha preocupação não reside na orientação que o TC possa dar aos prefeitos e vereadores, pois esta é sua competência.

Pergunta-se: como atuarão os homens do TC, depois desta Lei de Responsabilidade Fiscal, agora que é crime instaurar investigação e procedimentos de auditoria contra alguém que se sabe antecipadamente ser inocente?

Será que tais expedientes utilizados por alguns para pressionar o apoio dos prefeitos a determinados candidatos, como soe acontecer, ainda terá continuidade?

Será que com a nova lei vai continuar o nepotismo e a verdadeira caixa preta, que é o Tribunal de Contas?

Será que a cada eleição este Plenário vai ouvir a mesma ladainha e lamúrias de sempre, de deputados acusando membros do Tribunal de Contas que fizeram isto ou aquilo para influírem nas eleições?

São perguntas que deixo à Mesa desta Casa.

São perguntas que o povo deste Estado quer saber, são questões de transparência da *res* e do interesse público que o resultado das urnas está a exigir e que muitas das respostas cabe a esta Casa responder.

Ou será que nos quedamos inertes para que também a Lei de Responsabilidade Fiscal no Tribunal de Contas do Paraná seja letra morta, como foi o artigo 7º das Disposições Transitórias da Constituição do Paraná, que dizia o seguinte:

“No prazo máximo de um ano, a contar da promulgação desta Constituição, a Assembléia Legislativa, através de comissão especial que atuará com auxílio do Tribunal de Contas do Estado, promoverá auditoria da dívida externa do Estado do Paraná.”

Alguém tem notícia desta comissão?

Será que o Tribunal de Contas sabe qual é a dívida externa deste Estado?

Pela imprensa tive notícias de que o deputado Nelson Justus, presidente desta Casa, pretendia criar uma

comissão de alto nível para elaborar projeto de lei sobre o Tribunal de Contas.

A proposta do nosso presidente deve ser discutida e aprofundada porque é inadiável uma reforma institucional que defina com mais precisão a finalidade e principalmente os controles que tanto o Poder Legislativo como a participação direta do povo deve exercer sobre o Tribunal de Contas.

É falta deste mecanismo de controle sobre os Tribunais de Contas e a vitaliciedade de seus dirigentes que facilitou e até estipulou para que muitos deles virassem ‘caixas pretas’ e passassem ou pretendessem assumir o papel de poder.

Denúncias de desbragado nepotismo, ou de transformarem-se em épocas eleitorais em verdadeiros ‘comitês eleitorais’, constituem e formam o elenco de acusações.

A Lei 5.615, de 11.08.67, que criou o nosso Tribunal de Contas, não foi ainda atualizada pela nova ordem da Constituição do Estado de Direito Democrático, bastando citar que o ‘direito de defesa e o contraditório’ do processo administrativo do Tribunal de Contas do Paraná, foi disciplinado por um simples provimento interno e não por lei como exige a sistemática constitucional.

Com o advento da Lei Complementar 64/90, a Lei das Inelegibilidades, que atribuiu o poder aos Tribunais de Contas para enviarem à Justiça Eleitoral a relação dos inelegíveis, também passou-se ao cometimento de uma série de favorecimento ou até de perseguições políticas, para tornar este ou aquele inelegível ou elegível ao sabor de situações pessoais dos dirigentes destes órgãos.

Portanto, a proposta de uma comissão de alto nível, senhor presidente, é o início de uma saída democrática por excelência.

Recentemente o Ministro da Educação convocou a representação política e social para fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundef, ao decretar a quebra do sigilo bancário das contas daquele fundo, para que a sociedade possa fiscalizar diretamente a aplicação dos recursos que vinham sendo desviados.

É o avanço e a exigência da democracia. A *rex publica*, por ser de todos não pode ser coberta, sigilosa, manipulada ou desviada.

Assim também deve ser a atividade de quem fiscaliza a *rex publica*, a administração e o governo. Os fiscais não podem transformar os Tribunais de Contas em feudos, em caixa preta, não podem ser um poder autônomo para se encastelar e ficarem imunes ao controle público.

Os novos tempos exigem que sejam estabelecidos mecanismos de controle sobre toda a administração e atividade pública. Nós, parlamentares somos controlados pelo voto, mas os integrantes dos TC’s, que possuem vitaliciedade ficam acima de qualquer controle. Evidente que esta prática não condiz mais com os novos tempos do Estado Democrático de Direito.

O povo tem o direito de fiscalizar e controlar o seu fiscal, ainda mais quando o próprio artigo 78 da Constituição do Paraná prescreve:

§ 1º que ‘Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária’ e o

§ 2º assim assegura ‘Qualquer cidadão, partido político, associação ou entidade sindical, é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado’.

Ora, se os controladores e os fiscais devem responder solidariamente aos que cometeram irregularidades ou ilegalidades por se omitirem na fiscalização, e se o cidadão comum pode denunciar e ser parte legítima na processo de fiscalização, é fundamental que a expressão ‘na forma da lei’ seja adequada e instrumentalizada para tornar efetiva e eficaz a participação popular.

Cobra-se do Tribunal de Contas da União a omissão pelas irregularidades do Fórum Trabalhista de São Paulo, hoje um símbolo da corrupção nacional com a figura do juiz Lalau, mas aqui no Paraná, também temos o nosso elefante branco inacabado e por paradoxal, exatamente em frente do Tribunal de Contas, está o esqueleto inacabado do Fórum de Curitiba, onde a valores de hoje, devem estar enterrados milhões de reais.

Seria de perguntar-se: porque aqui no Paraná ninguém foi responsabilizado pela obra inacabada do Tribunal de Justiça?

Uso a tribunal senhor presidente, para resgatar o tema Tribunal de Contas, porquanto, em face da nova lei teremos que atribuir determinados limites de gastos, quer seja em pessoa, quer seja no total da despesa do Tribunal de Contas.

Mas mais do que isso, temos que assumir a nossa competência e legislar a respeito para por fim a esta nefasta prática do pessoal do TC continuarem a fazer política partidária e campanha eleitoral.

Com a nossa omissão os responsáveis pelo Tribunal de Contas usurparam a nossa competência e passaram a legislar em causa própria, inclusive alterando dispositivos legais que só a lei pode dispor.

Criaram uns tais de provimentos, que são normas internas que alteraram e modificaram a Lei nº 5.615/67, que só nova lei poderia alterar ou suprir deficiências.

Legislam porque este Poder até hoje se omitiu.

Talvez seja exatamente por essa omissão que os do outro lado da rua continuam expandido sua influência e seu poder de lobby neste Paraná, onde antes se dizia “Terra de Todas as Gentes” e depois da última eleição já se ensaia afirmar que o Paraná é “terra em que todo membro do Tribunal de Contas continua com seu mandato eletivo familiar”.

De órgão auxiliar desta Assembléia o Tribunal de Contas passou a ser o todo poderoso que se põe acima das normas e que fiscaliza quem bem quer, mas que ironicamente ninguém sabe o que acontece lá dentro.

A situação é tão surrealista que até uma simples certidão de regularidade passa pelo beija mão dos poderosos homens do TC.

A questão, senhor presidente, não é pessoal é institucional.

Não pensem que me move problema pessoal contra quem quer que seja do Tribunal de Contas. O que não posso, como legislador, é omitir-me ante as coisas erradas que vejo acontecer e ter que permanecer inerte, em silêncio, e para ser mais franco e direto, omitindo-me do dever que temos de reordenar e atualizar a lei que regulamenta e organiza o Tribunal de Contas.

A Constituição do Paraná prescreve que:

“Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

I - ...

II - ...

III - ...

.....

XI - organização do Ministério Público, da Procuradoria-Geral do Estado, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas, da Polícia Militar, da Polícia Civil e demais órgãos da administração pública”.

Deixo portanto à Casa a seguinte pergunta?

Continuaremos chorando, nos lastimando à cada arbitrariedade e desmando do Tribunal de Contas que nos chega ao conhecimento ou assumimos a nossa responsabilidade e a competência constitucional para colocar o trem nos trilhos?

A resposta com o Plenário, mas antes e acima de tudo com a Mesa que segundo a imprensa criaria uma comissão.

Sai ou não sai a tal Comissão de Alto Nível?

Estamos vendo os candidatos a presidente desta Casa mobilizando-se em busca de votos. Quero é ver planos de trabalho, programas e metas para esta Casa.

Quero ver alguém dizer que deseja ser presidente da Assembléia para convocar concurso público que recrute funcionários aptos e competentes. Gostaria que viessem propostas para melhorar a vida dos atuais e abnegados funcionários, mas antes e acima de tudo, uma Mesa que não abrisse mão da competência que é atribuída a este Poder.

Vá em frente senhor presidente, apresente sua proposta e tenho certeza ela receberá o apoio e solidariedade da Casa.

Muito obrigado.”

O SR. NEIVO BERALDIN

Portanto, ao encerrar o meu pronunciamento, concedo aparte ao deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Beraldin, quero me congratular com Vossa Excelência por mais uma vez trazer à discussão, perante este Plenário, assuntos que devem realmente ser discutidos por este Plenário.

A Lei de Responsabilidade Fiscal é uma obrigação nossa discutí-la todos os dias, se fosse possível, porque sem sombra de dúvida a Lei de Responsabilidade Fiscal, não só para este Poder Legislativo, mas para o conjunto dos legisladores deste País, para o conjunto dos prefeitos, governadores e presidente da República, ela vem sim, para, através das medidas que foram aprovadas quando da edição da Lei Complementar que instituiu a Lei de Responsabilidade Fiscal e com as novas medidas que estão sendo agora aprovadas em termo de penalidades aos crimes praticados na administração pública, não tenho dúvida que é obrigação nossa - enquanto parlamentares, nos aprofundarmos na análise e na discussão da Lei de Responsabilidade Fiscal, como busca Vossa Excelência - neste momento, ao debater este assunto no Grande Expediente desta sessão.

Devo dizer ao Vossa Excelência que inicialmente como 1º vice-presidente e agora como presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais, ao lado de outros tantos parlamentares desta Casa que nos acompanharam em diversas reuniões - inclusive o presidente Nelson Justus, num almoço que tivemos na ocasião com o Presidente da Câmara Michael Temer, sempre procuramos dar o nosso apoio, dar a nossa contribuição para que a Lei de Responsabilidade Fiscal fosse aprovada. Tivemos apenas um ponto de discordância, não com o conteúdo do artigo, mas com a retirada de atribuições de nós, os Legislativos Estaduais, que foi a implantação do artigo 20, que limita os gastos permitidos a cada poder e a cada órgão na rubrica de pessoal.

Vossa Excelência sabe que para o Estado é permitido gastar com pessoal 60%. Desses está atribuído 3% para a Assembléia Legislativa e Tribunal de Contas; 6% para o Tribunal de Justiça; 2% para o Ministério Público e 49% para o Executivo. A nossa visão como legisladores é que esses percentuais deveriam ser fixados através da Lei de Diretrizes Orçamentária, como estabelece a própria constituição. Onde diz que os limites, os percentuais serão fixados pela L.D.O.. Mas, este entendimento de engessar, de colocar as coisas preestabelecidas e de uma forma definitiva fixada teve, também, agora, o entendimento do Supremo Tribunal Federal que tem, no presente instante, a visão de que se deixarmos em aberto pode acontecer - talvez não aqui no Paraná, talvez não lá no Piauí, mas, em algum lugar, poderia acontecer um desrespeito àqueles parâmetros inicialmente entendidos como os necessários.

Portanto, cumprimento Vossa Excelência pela discussão que faz, pelo debate que traz ao Plenário sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Com referência aos Tribunais de Contas dos Estados, com referência aos Tribunais de Contas de município - existe essa diferenciação em 3 níveis. Quero dizer a

Vossa Excelência e já disse isso em sessões anteriores e tenho conversado isso muito nesta Casa, e também, com os meus colegas de outros Estados, nas reuniões que temos feito com da Unale, repito, aqui, que existe hoje um sentimento muito forte de parlamentares em todo o Brasil com referência à postura deste ou daquele, um ou outro conselheiro, que acaba não se limitando à sua atribuição de Conselheiro, de julgador, de analisador das contas mas que acaba se transformando e permanecendo com muito mais veemência até na atividade política do que tinha quando era um parlamentar.

Tenho dito que temos que avaliar isso. Já tive oportunidade, de, pessoalmente e por telefone, conversar com diversos dos Conselheiros do Paraná, porque fui por alguns deles questionado quanto à nossa manifestação e tenho dito a eles todos, que temos que sentar à mesa, conversar, nos entendermos. Porque, afinal de contas, nós temos que respeitá-los, eles têm que nos respeitar e nós, em parceria Assembléia e Tribunal de Contas, trabalharmos na fiscalização da execução orçamentária, dos convênios e dos recursos públicos.

Por isso cumprimento Vossa Excelência, por mais uma vez, ter tido a disposição e diria até, a coragem, de vir à Tribuna e se manifestar a respeito desses dois assuntos: Lei de Responsabilidade Fiscal e Tribunais de Contas por este Brasil afora.

Obrigado.

O SR. BERALDIN

Agradeço o aparte de Vossa Excelência e não poderia esperar de um deputado experiente e ex-presidente desta Casa, a omissão nesse tema.

Vossa Excelência tem sido um deputado referência no Estado do Paraná. Por isso, eu acolho o seu aparte com muita alegria e dizer a Vossa Excelência e aos demais colegas que não valeria a pena sermos eleitos pelo povo, repetidas vezes, se não fosse para mudar, para avançar, para muitas vezes até sermos relativamente duros, mas verdadeiros, transmitindo a verdade.

Que não levem a mal os conselheiros, aqueles que detêm ou mandam no Tribunal de Contas, com este deputado, não.

Queremos é colocar as coisas nos trilhos e a lei, a democracia, a transparência dos atos públicos está a exigir isso.

Todos os homens públicos, os eleitos, os indicados terão que ser referência na sua vida, no seu mando, no seu dia-a-dia, terão que pautar a sua vida próprio daquele que quer ser chamado de excelência.

Para ser chamado de excelência, tem que ser excelência. Então, não pode querer, por exemplo, dizer que o deputado Beraldin é contra o Tribunal de Contas, neles eu tive grandes conselhos.

Muitas me socorri dos técnicos do Tribunal de Contas para ajudar e elaborar leis ou projetos de lei, que se tornaram lei nesta Casa. Então, no Tribunal de Contas há grande técnicos, há grandes funcionários públicos, e

nós precisamos aproximá-los deste Poder, para que este Poder possa atuar com mais eficiência no Estado do Paraná.

Senhor presidente, muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Senhor presidente, lamento ter que comunicar a esta Casa o falecimento da esposa do secretário Lubomir Ficinski, a senhora Vera Ficinski Dunin, que será sepultada hoje às 17:00 horas no cemitério do Parque Iguaçu.

Era isso, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças: PL, PST, PSL, PDT, PT.

(Declinam)

PTB, com a palavra o deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TÚLIO

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada, aqueles que nos visitam nesta tarde.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, não pode deixar de fazer um registro nesta tarde do acontecimento lamentável que tivemos ontem, a morte do ex-governador Ney Braga.

Sirvo-me aqui, do editorial de hoje da Gazeta do Povo, ao mesmo tempo em que cumprimento toda a imprensa escrita, falada, televisada que deu toda cobertura à altura que merecia o nosso ex-governador.

(Lê):

“O LEGADO DE NEY BRAGA

O falecimento, ontem, do ex-governador Ney Braga representa uma perda para os paranaenses, pois em vida ele se destacou como um dos luminares entre nossos homens públicos. Os cargos que ocupou ao longo de longa e produtiva carreira confirmam esse perfil de relevância: governador do Estado do Paraná, por suas vezes (período 1960/65 e 1979/82); ministro de Estado igualmente por duas vezes (pastas da Agricultura e da Educação e Cultura), prefeito de Curitiba, deputado federal e senador, além de oficial do exército.

Ney Braga foi representativo na junção entre o Paraná tradicional da primeira metade do século XX e a modernidade de um Estado integrado no Brasil contemporâneo.

Com efeito, ao assumir o Palácio Iguaçu em 1961, encontrou um território ainda insulado, um estreito istmo a ligar o Brasil central a Santa Catarina e Rio Grande - uma ‘terra de caminhos’, como se referia o jornalista e historiador Eriksen Pereira, aliás seu cunhado, casado com sua irmã Stella.

Naquela gestão inovadora, entre 1961 e 1965, Ney Braga valeu-se de um instrumento pouco usual no Brasil da época: o planejamento de natureza pública, convidando o padre Lebrecht para estudar as características e perspectivas estaduais. De posse desses estudos, Ney

criou instrumentos para financiar e executar uma infraestrutura básica em energia, estradas e telecomunicações, além de lançar as bases da industrialização regional. Para tanto, buscou recursos onde possível, chegando a se avistar com o presidente Kennedy, nos Estados Unidos.

Dessa viagem resultou a verba para a construção da Rodovia do Café, que ligou-se às regiões produtoras do Norte paranaense ao Porto de Paranaguá. Seu pioneirismo ainda se revelou na implantação de uma companhia de fomento econômico e das primeiras empresas públicas de telecomunicações, informática, saneamento básico e desenvolvimento agropecuário do país, dotando-as de meios e recursos humanos para ação efetiva.

O ritmo transformador tomou conta do Paraná, marcando uma gestão que, além de calcada no dinamismo, se preocupava com a promoção social, permeada pelo humanismo democrata-cristão do governador.

Por essa característica e sua origem militar (frequentou o curso de Estado-Maior do Exército), Ney Braga passou a dissentir dos rumos que o governo João Goulart pretendia imprimir ao Brasil - um esquerdismo trôpego e fora de tempo.

Por isso, não surpreende que ele, alinhado com os políticos e chefes militares que desencadearam o movimento revolucionário de 1964, tenha, após deixar o governo estadual, sido convidado pelo então presidente Castelo Branco para dirigir a pasta da Agricultura.

Voltou às urnas em 1966 para disputar a vaga como senador pelo Paraná, onde foi o primeiro secretário responsável pela implantação do serviço de processamento de dados, o Prodasen.

No governo Geisel, foi ministro da Educação e cultura, por quatro anos, quando pôde realizar uma gestão ativa de expansão das vagas escolares, formação de professores, melhoria do ensino em geral e apoio ao estudante (introduziu o sistema de crédito educativo), além de promover a cultura e as artes.

Nesse período, destacamos ainda o esforço de Ney Braga, em levar para junto de si uma plêiade de técnicos e políticos paranaenses, fortalecendo a presença nacional do Estado, numa escala que nunca mais seria alcançada.

Voltou ao governo do estado, escolhido por meio indireto entre 1979/82, mas então os ventos da política já sopravam noutra direção: a ânsia de redemocratização plena arrastou seus sonhos de uma nova eleição para o Senado, sendo escolhido para dirigir a Itaipu Binacional. Foi sua última função pública, e após, dedicou-se a coletar seus papéis e resgatar a memória de sua carreira política, documentada em livro redigido por dois jornalistas paranaenses.

O legado de Ney Braga é relevante para lembrar que um líder dotado da ‘fortuna e virtú’ a que se referiam os antigos pode ter papel relevante na construção de sua sociedade. Saído da Lapa ancestral, berço de heroísmos históricos, Ney Braga, soube mesclar a tradição com a modernidade, numa carreira em que se destacaram o esforço de superação pessoal, a visão estratégica, a

capacidade de atuar em conjunto com equipes qualificadas e os valores do desenvolvimento com sentido humano”.

Este é o editorial de hoje da Gazeta do Povo.

E, senhor presidente e senhores deputados, nós temos conhecimento de que em outros Estados, a Casa do governo, os palácios onde estão instalados os governadores, têm denominações diferentes.

E, pesquisamos hoje, durante toda a manhã, em saber se o Palácio Iguaçu era o nome dado por lei ou não. Vasculhamos aqui na Assembléia e não encontramos uma lei.

Por isso estou entrando com um projeto de lei hoje autorizando o Poder Executivo a denominar o prédio da sede do governo estadual como Palácio Governador Ney Aminthas de Barros Braga. É para que a gente possa perpetuar o nome deste que foi o maior político que o Paraná já teve, um político de história, um político que teve uma grande atuação, como já disse o próprio Editorial da Gazeta do Povo, aliás, a Gazeta hoje traz um caderno todo especial contando histórias e fatos que envolveram o governador Ney Braga na sua trajetória política extraordinária e por isso entendo que é o mínimo que esta Assembléia pode fazer, é calcar um projeto de lei, que não precisa ser da autoria do deputado Algaci Tulio, mas que espero seja assinado pela maioria dos senhores parlamentares, independentemente de Situação ou de Oposição, pois Ney Braga, mesmo deixando o governo, mesmo o Paraná passando a ser dirigido pela Oposição, pelo MDB, pelo PMDB, sempre foi cultuado, sempre foi levado ao Palácio Iguaçu. Lembro-me do governador Roberto Requião que levou o governador Ney Braga para fazer parte do Conselheiro Político, lembro-me do ex-governador Álvaro Dias que tinha também admiração pelo governo Ney Braga, e, portanto, é um homem que supera qualquer tipo de divergência política.

Por isto peço a esta Casa que como homenagem prestada a esse homem público, se dê ao nome do Palácio Iguaçu o nome de Ney Aminthas de Barros Braga.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

PMDB com a palavra. Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados.

O Paraná está de luto por dois motivos. O primeiro motivo de luto inclusive oficial é a morte do ex-governador Ney Braga. Em nome do PMDB queremos render nossa homenagem póstuma a um dos grandes políticos do nosso Estado, nosso adversário, sempre estivemos em trincheiras diferentes, mas respeitamos a trajetória do líder político, do homem, da grande liderança desenvolvida no Paraná pelo Ney Aminthas de Barros Braga. O Paraná perdeu não um político, perdeu um grande homem, uma pessoa que marcou época, que deixou fincado na nossa história,

na nossa terra a sua obra, os seus gestos e por isso é justo, senhor presidente, prestar uma homenagem a este cidadão, a esta pessoa tão importante para o nosso Estado e que com certeza ficará marcada a sua obra para o resto dos dias na nossa vida e na vida do nosso Estado do Paraná.

O outro luto, senhor presidente, é um luto subjetivo. Hoje o governador Jaime Lerner acabou de entregar o Banco do Estado do Paraná, acabou de sepultar o Banco do Estado do Paraná, entregando o patrimônio do povo do Paraná ao Banco Itaú.

É um paradoxo o misto de alegria que algumas pessoas hoje comemoram, talvez até estocando champagne nos gabinetes acarpetados e cheios de ar condicionado, faceiros por este número, por este suposto ágio conseguido na venda do Banco do Estado. Mas nós denunciávamos aqui, o Sindicato dos Bancários denunciava que o valor do Banco estava subestimado, o valor do Banco estava muito aquém daquilo que o governo estava anunciando e além do valor fixado em edital, além disto, posteriormente a isto, o governo Jaime Lerner introduziu uma outra série de vantagens para o comprador. E na vantagem mais notória, a vitória mais substancial foi a permanência por cinco anos das contas do governo do Paraná no Banco Itaú a partir da data de hoje que adquiriu a massa do Banco do Estado do Paraná.

Quer dizer, nas nossas contas, nas contas da nossa equipe econômica, só das contas do governo do Paraná permanecerem por cinco anos no Banco que comprou o Banco do Estado terá essa instituição mais de um bilhão de reais de lucro; e fora outros benefícios como por exemplo a isenção do compulsório para estas contas que ficarão depositadas por cinco anos do governo do Estado no Banco que comprou o Banco do Estado do Paraná.

Também um lucro extraordinário será conseguido através desse benefício oferecido...

Senhor presidente, são as vozes ocultas que estão aqui também com certeza sentindo este fúnebre momento que o Paraná vive por mais um ato de irresponsabilidade desse governo que liquida com o nosso patrimônio, que entrega a riqueza do nosso Estado, que vende os nossos bens. É, senhor presidente, o sentimento que o povo do Paraná hoje tem com certeza da liquidação do Banco do Estado do Paraná.

Poderá o governo vir agora, e amanhã às páginas dos jornais, a televisão dirá: “400% de ágio o governo conseguiu com a venda do Banco do Estado do Paraná”. 400% sobre o valor subestimado que ele calculou em relação ao Banco do nosso Estado, 400% de ágio de um valor absolutamente infantil que o o governo fixou para vender o nosso Banco. Um bilhão seiscentos e vinte e cinco milhões de reais. Uma história de quase setenta anos, o patrimônio do nosso Estado.

E agora o povo do Paraná começa a se perguntar: “Para onde que o governador Jaime Lerner vai levar esse dinheiro, aonde que ele vai torrar este dinheiro? Como já torrou a Copel, como já torrou parte da Sanepar, como já

torrou um bilhão e meio dos royalties da Itaipu com a sua vontade demasiada de acabar com o patrimônio do povo do Paraná?" O povo do nosso Estado está se perguntando ainda que o governador Jaime Lerner vai torrar um bilhão, seiscentos e vinte e cinco milhões conseguidos através da venda do Banco do nosso Estado.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Nereu Moura, me permite um aparte?

O SR. NEREU MOURA

Na sequência, deputado Rossoni.

Senhor presidente, poderá o deputado Valdir Rossoni dizer: "não, vai amortizar a dívida do saneamento do Banco". Estou aqui com a as leis que esta Casa aprovou e em uma delas está previsto que o dinheiro vai para amortizar a dívida contraída para sanear o Banco do Estado do Paraná.

Por isso, senhor presidente, é esse sentimento que tenho como paranaense, sentimento impotente, o sentimento do povo do Paraná de estar aqui nesta Casa e de nada ter feito, de ter podido fazer para defender os interesses do nosso povo; porque contra a força não há resistência, contra o rolo compressor não há o que se possa dizer. Vai ficar por aí o nosso eco, vai ficar por aí, senhor presidente, o nosso grito, o nosso grito de defesa do patrimônio do Paraná, apenas isso. Mas o prejuízo é incalculável, e o povo do nosso Estado vai chorar pela irresponsabilidade de um governo, que é insaciável, que vende, torra e liquida com o nosso patrimônio. É esse o saldo do governo Jaime Lerner e que, nós paranaenses, vamos ter que assistir como coração despedaçado, assim como nosso governador Ney Braga, falecido ontem, com certeza, morreu com o seu coração despedaçado, porque ele ajudou a recuperar e a sanear o Banco do Estado do Paraná. Ele não queria, com certeza, o fim que o Jaime Lerner está dando para o banco do povo do Paraná.

É esse o nosso sentimento, senhor presidente, e a denúncia que queremos fazer. Queremos ver para onde vai esse dinheiro. Vai para tapar rombo de caixa. Vai para tapar campanhas eleitorais. Vai para amortizar a dívida monstruosa, que esse governo construiu, em nome do povo do Paraná. Queremos saber e vamos acompanhar, aqui, para saber para onde esse governo vai encaminhar o dinheiro conseguido, através da venda do Banco do Paraná.

Concedo um aparte, ao deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Nereu Moura, o seu pronunciamento dá a demonstração clara e inequívoca, de quem não participou, em, momento nenhum e não estudou, em momento nenhum, a questão da desestatização do Banestado. Se Vossa Excelência tivesse participado da audiência pública, no momento em que, o secretário da Fazenda, se colocou à disposição para prestar os esclarecimentos, tenho certeza absoluta que Vossa

Excelência está fazendo um discurso, se dizendo decepcionado. Mas Vossa Excelência não está decepcionado com a venda do Banco.

Vossa Excelência demonstra uma decepção pela vitória que teve o governo, no ágio da venda do Banco. Por que ocorreu Isso? Vínhamos aqui e defendíamos e muitas de Vossas Excelências achavam, que estávamos defendendo o indefensável. Quando aprovamos aquela lei, que garantia movimentação das contas do governo do Estado do Banestado, já estávamos preparando, na hora do leilão, este resultado.

Lamento a Oposição, neste momento, estar sofrendo esta terrível derrota. Terrível derrota! Porque Vossas Excelências gostariam de vir aqui, fazer um pronunciamento, de que nós tínhamos vendido abaixo do preço determinado.

Na verdade, o grande vitorioso, hoje, é o secretário Giovanni Gionédís, que teve uma determinação incomum e que fez um trabalho tecnicamente reconhecido pelo Banco Central. Ouvi, há pouco, o diretor do Banco Central reconhecendo o trabalho feito pelo secretário da Fazenda. Não resta nenhuma dúvida, o Paraná saiu ganhando. Saiu ganhando e muito.

Tenho certeza, que Vossas Excelências estão surpresos. Mas para nós, não é surpresa, porque toda essa preparação, para a venda do Banestado, vai ser comprovada, sim, no momento em que for vendido o Banespa. Aí, voltaremos a discutir e Vossas Excelências terão que se render, porque verão o preço final do Banespa, comparado com o preço final do banestado. Aí, sim, o nosso debate será enriquecido, pelo comparativo com o Banespa. Vossa Excelência vai ficar mais constrangido ainda, do que está, hoje, porque certamente esta foi uma vitória do governo Jaime Lerner.

O SR. NEREU MOURA

Concordo com o deputado Valdir Rossoni, que o grande vencedor não foi só o secretário Giovanni Gionédís. Foi ele e o Banco Itaú. O grande perdedor foi o povo do Paraná. Concordo sim, teve competência para poder engendrar a sua fórmula, para poder destruir o patrimônio do povo do Paraná, para vender o nosso patrimônio. Teve competência e foi o grande vitorioso, junto com o banco Itaú, que comprou o Banco do Estado do Paraná, o Banco do povo do Paraná. Esse suposto ágio, para nós, já denunciemos e falamos, aqui, há uma ação na Justiça, contra avaliação, inclusive uma das empresas que fez a avaliação do Banco do Estado está sendo questionada porque foi a mesma que avaliou o Banespa. E lá, em São Paulo, conseguiu-se através de uma ação travar a venda do Banespa porque há suspeita que a avaliação não foi correta. Uma das empresas também avaliou o Banco do Estado do Paraná.

Por isso senhor presidente o grande vitorioso é o secretário Giovanni Gionédís e o governador Jaime Lerner que fizeram com que a sua vontade fosse imposta, fosse

atendida plenamente. O seu sentimento voraz, de venda, de término do patrimônio do Paraná está sendo cumprido, passo a passo, e ao final deste governo, com certeza não sobrará pedra sobre pedra. Não sobrar nada porque o governo conseguirá, com certeza, destruir aquilo que se levou décadas para fazer. E o saldo senhor presidente, concluindo, e o saldo e a venda do Banco, o dinheiro nós não sabemos ainda para onde vai, talvez seja para tapar os buracos das campanhas eleitorais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no horário das lideranças concedo a palavra ao deputado José Maria Ferreira, no horário do PSDB.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada:

Hoje o Estado do Paraná acordou com uma preocupação e leva, com certeza, para o resto da História, daqueles que tiverem memória, o resultado de um leilão e o resultado da entrega de uma instituição que nos últimos 72 anos apoiou, atuou, foi o instrumento da mudança em nosso Estado. Foi o instrumento da transformação da nossa economia. A despeito das dificuldades que sobreviveu e que viveu, nestes últimos 72 anos, o Banestado foi importante para a economia do nosso Estado, foi importante à agricultura, ao comércio, à indústria, ao setor de serviço. Serviu para que em menos de 70 anos regiões como as de Londrina, Apucarana, Maringá, Umuarama, Paranavaí, o Sudoeste e o Oeste do nosso Estado pudessem ser irrigados com os recursos, tão necessários, para a implantação destes novas civilizações que ocorreram nestas comunidades, nestas regiões de nosso Estado.

Nós, em nenhum momento, discutimos, desta tribuna, se privatizava ou não. Nós sempre questionamos era a forma da privatização que aconteceu, dentro do Banestado, calada, sorrateira, sem transparência, sem conhecimento do relatório de avaliação patrimonial do Banco, que foi, com certeza, o grande mote para que hoje tivéssemos o engodo de um super ágio no leilão, ocorrido hoje pela manhã.

Um Banco que estava sendo entregue, senhor presidente, senhores deputados, por menos que o seu valor patrimonial que era de 450 e poucos milhões, estava sendo entregue por 434 milhões! Ora, e depois vamos ouvir a afirmação do líder do Governo dizendo que o grande competente, o grande vitorioso, o homem que realmente alavancou estas condições todas foi o secretário Giovani Gionédis. Corremos o risco de entregar o Banco por menos de 500 milhões, porque se lá tivesse, deputado Luiz Carlos Zuk, teríamos entregue o Banco por menos de 450 milhões, porque era o mínimo de avaliação, e aonde houve o erro? E agora vem dizer que tem tributos, tem ganho, deputado Cesar Seleme? Não! Foi feita uma péssima avaliação, foi feita uma

incompetente avaliação que esta Casa e a sociedade paranaense têm que solicitar a revisão desta avaliação. Quando se avalia um bem e ele foi vendido por muito mais do que aquilo que se colocou como base para a sua renda, é porque a avaliação foi mal feita, a avaliação não atendeu os critérios técnicos, a avaliação não atendeu os critérios de contabilidade e de gestão financeira, porque se ela tivesse levado em algum momento alguns desses aspectos, senhor presidente, teríamos um outro resultado na avaliação do Banco do Estado do Paraná.

Nós aqui questionamos a questão do crédito tributário. Hoje, no leilão, leiloamos o crédito tributário do Banco do Estado do Paraná, vendemos o crédito tributário do Banco do Estado do Paraná ao Banco Itaú e entregamos o Banco de presente. Esta é a realidade. O crédito tributário do Banco do Estado do Paraná era de 1.658 milhões e o Banco foi vendido por 1 bilhão, 625 milhões.

Ora, vendemos o crédito, entregamos o crédito e doamos o Banco do Estado, enquanto instituição financeira das mais importantes do Conselho da Federação. Não existe vendedor nesse processo. No processo que se estabeleceu e da forma que se encaminhou só existe, do lado de cá não existe vendedor, só existe do outro lado, o Banco Itaú, que nos próximos anos, com certeza não pagará um centavo de imposto, porque a cada ano, o Banco tem condições de reduzir 30% do valor a ser pago de contribuições sociais e de imposto de renda até chegar a casa de 1 bilhão, 658 milhões.

E tem mais, esses recursos são imprescritíveis, não prescrevem, pode levar 30, 20, 30 anos para poderem ser abatidos. É um recurso líquido que na avaliação não foi considerado.

O Banco BEM, Banco do Estado do Maranhão, ele considerou 28% deste crédito tributário, já foi um avanço. Nós aqui várias vezes fizemos esta solicitação ao governo que fizesse e considerasse este valor. Não estávamos errados, senhor presidente, em nenhum momento, e temos consciência, deputado Orlando Pessuti, Líder das Oposições, que a nossa postura foi em defesa do Estado do Paraná, que a nossa postura foi em defesa do patrimônio público do nosso Estado, que a nossa defesa e as nossas posturas dentro da Assembléia, fora da Assembléia, e especialmente da tribuna desta Casa, foram no sentido de defender aquilo que chamamos coisa pública, foram de defender que a sociedade tem que amargar uns 5 bilhões e 800 milhões de empréstimos a ser pago nos próximos 30 anos, e daí estarão diminuindo estradas. Morrem-se, como morreu no último final de semana na região de Curitiba umas 6 pessoas, deputado Ricardo Chab, Vossa Excelência que é da área e acompanha muito bem e por quê? Porque não tem estrada, mas fomos incompetentes para aplicar 1 bilhão e 650 milhões na entrega simplesmente do crédito tributário.

Ora, vai faltar, deputado Ricardo Chab, esses recursos faltarão dos 5 bilhões de empréstimos nos próximos 30 anos, faltarão para creches, faltarão para a saúde, faltarão para as estradas, faltarão para que possamos fazer uma política de saneamento, faltarão com certeza recursos para que possamos apoiar nossa agricultura, a nossa indústria.

E hoje, aquele que não teve a preocupação em fazer uma avaliação adequada e justa de um patrimônio público, ainda quer colocar nele a pecha de vitorioso, de inteligente, de transparente?

Nem o presidente do Banestado conhecia o relatório de avaliação. Vê se o presidente foi lá avaliar aquilo que foi feito hoje pela manhã.

“Tristeza” é uma coisa que o homem não deve carregar no seu semblante, mas devemos sim, estar muito preocupados com o comportamento do que hoje se fez no Paraná.

Com o aparte o deputado Luiz Carlos Zuk.

O Sr. Luiz Carlos Zuk

Senhor deputado José Maria, Vossa Excelência, como o deputado Nereu Moura e como todos os senhores deputados desta Casa são testemunhas e aqueles que aqui freqüentam, da posição que tomamos. Nós da Bancada do PDT, Vossa Excelência pelo PSDB, os nossos companheiros do PT, e mais ainda o PMDB.

Desde o início do processo de privatização marcamos a nossa posição e neste instante quando Vossa Excelência marca a posição de parte do PSDB de vossa Bancada queríamos aproveitar o tempo e dar como lido uma nota nossa a favor dos funcionários do Banco do Estado, favor do Paraná neste processo de privatização.

(Lê):

“Pronunciamento:

PRIVATIZAÇÃO DO BANESTADO

Senhor presidente, senhora e senhores deputados:

Na manhã de hoje, lamentavelmente consumou-se a privatização do Banestado - Banco do Estado do Paraná S.A.

A direção estadual do PDT, conjuntamente com a Liderança da Bancada na Assembléia Legislativa, manifestou de público ontem sua discordância com o processo de privatização da referida instituição, bem como hipotecou ampla e irrestrita solidariedade aos funcionários públicos em greve objetivando suspender todo o processo de desestatização. E o fez com base nos seguintes motivos:

1 - O processo de privatização do Banestado faz parte de programa imposto pelo governo brasileiro, que, sob pressões da máquina pública e atendendo exigências internacionais esboçadas inclusive em cláusulas de acordo firmado com o FMI - Fundo Monetário Internacional, leva governos estaduais a desnacionalizar setores estratégicos de suas economias com a falsa justificativa

de que o poder público deve direcionar suas prioridades para áreas vitais como educação, saúde e segurança, propagando a falácia de que estes setores não estão diretamente dependentes da economia como um todo (entenda-se o resultado dos bens, serviços e tributos gerados pelas diferentes esferas da administração pública direta e indireta);

2 - Com 72 anos de existência, tendo 376 agências, 5.252 postos de atendimento e cerca de 600 mil clientes, o Banestado foi decisivo para o financiamento dos ciclos paranaenses da erva-mate, da madeira, do café e da soja, estando presente na construção de toda a infra-estrutura do Paraná, como as hidrelétricas, as rodovias e as ferrovias.

Além disso, o Banestado serviu de instrumento decisivo para o surgimento de empresas como a Copel e a Sanepar, valendo dizer ainda que tornou-se pilar da agropecuária e da industrialização do Paraná. Apesar disso, consumada a privatização do Banco, mais de cem agências em pequenas e médias cidades correm o risco de simplesmente deixarem de existir, constituindo-se crime presente e futuro perpetrado por um governo frouxo, destituído de visão estratégica e valorização paranista e por mera incapacidade gerencial.

3 - Mesmo com os duros golpes que tem sofrido ao longo dos últimos anos, especialmente nestes dois mandatos de Jaime Lerner, nos quais inúmeras operações de crédito e dívidas foram realizadas ou liquidadas por meio de procedimentos no mínimo suspeitos, como o chamado Caso Leasing, o Banestado ainda é uma das instituições financeiras que goza de prestígio e importância no cenário nacional, desfrutando de inigualáveis condições de recuperação e subsistência para cumprir com suas elevadas funções, entre as quais destaca-se o de impulsionar o desenvolvimento rural e de micro, pequenas e médias empresas paranaenses, com programas de fomento à produção, geração de empregos e função social;

4 - Tem ainda outros inúmeros motivos que condenam a privatização do Banestado e corroboram imensuravelmente contra a “desestatização da economia paranaense” (esta é a leitura correta, já que um dos grandes bancos particulares passará a influir diretamente nos destinos do Paraná), quais sejam: os resultados das urnas pelo Brasil afora, com suas políticas anti-nacionais e impopulares; as incertezas verificadas nos tribunais federais frente a manifestações divergentes que se revezaram nas últimas horas suspendendo e confirmando o processo de privatização do Banestado, os resultados alcançados pela desestatização em vários setores da economia têm sido frustrantes (esta é a conclusão do 2 Fórum Anual das Américas, promovido recentemente pela Universidade da Califórnia e pelo Instituto das Américas).

Portanto, o PDT, entende que a privatização do Banestado não deveria ter sido realizada, mas como ela efetivamente ocorreu, os autores e responsáveis de tão nefasta decisão anti-povo e contrária ao Paraná devem ser responsabilizados social, política e juridicamente. Não

nos convencemos da idéia de que houve ágio de 400% mesmo porque o Banestado vale muito mais do que os resultados financeiros momentâneos obtidos com a sua privatização.

Por outro lado, nos últimos 6 anos os desmandos e irregularidades que ocorreram sob os olhares e a omissão do Palácio Iguaçu deveriam ser severa e exemplarmente punidos, ao invés de servirem como falsos pretextos ou justificativas para desfazer o Paraná de seu grande símbolo de desenvolvimento.

Curitiba, 17 de outubro de 2.000”.

Queremos nós, da Bancada do PDT - não ocupando demais o seu tempo - dizer que com a anuência da Presidência, queríamos deixar transcrito nos Anais desta Casa a posição do PDT do Paraná, da sua direção, da sua Bancada e da nossa apresentação pessoal, que também endossamos tudo aquilo que foi dito pelo deputado Nereu Moura e por Vossa Excelência, se alguém ganhou individualmente foi o governo, quem perdeu - e perdeu bastante - foi o povo do Paraná, que representamos.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Agradeço o aparte do deputado Luiz Carlos Zuk e para concluir, senhor presidente, o que lamentamos e aqui continua a nossa preocupação, é que após a privatização do Banco, tudo aquilo que aconteceu no Banestado Leasing, de 557 milhões - relatório do último trimestre - de prejuízo, não tenhamos como recuperar.

Porque se enquanto o Banco era estatal, enquanto o Banco era público, não teve o ânimo do governo para recuperar ou para ir atrás desses recursos vazados pelo ralo da irresponsabilidade administrativa, hoje nos sentimos muito mais preocupados com relação a isto que ocorreu e que vem ocorrendo.

Agradeço e declino, senhor líder da Oposição, do seu Horário, que tenho certeza que Vossa Excelência fará uso e poderá abordar também esse assunto com propriedade que sempre lhe foi muito peculiar.

Senhor presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra à Liderança da Oposição.

Com a palavra, o senhor Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados.

Inicialmente me somo ao deputado Nereu Moura, que já se pronunciou em nome da Bancada do PMDB para, pessoalmente, e em nome dos deputados da Oposição, deixar registrado os nossos sentimentos pela perda, sem sombra de dúvida, do maior político paranaense e daquele que teve o maior destaque fora do Estado do Paraná, que é o governador Ney Aminthas de Barros Braga.

Tive oportunidade de me manifestar ontem a diversos jornalistas e prestar até um depoimento, levado hoje a público pela Rádio CBN, onde dizia eu tive uma convivência bastante amiga e próxima com o ex-governador desde 1974, quando fui morar na Casa do Estudante Universitário do Paraná.

Naquela oportunidade, alguns anos após, ele assumiu o Ministério da Educação e, sem sombra de dúvida, era, dos homens públicos, aquele que mais prestava assistência e o que mais ajudava aquela instituição. Dali surgiu uma amizade profícua que permaneceu e permanecerá por toda a nossa existência também. Dizer que em muitas vezes divergimos politicamente do governador Ney Braga, do ministro e do deputado, e ele também de nós divergia, porque conhecia as nossas posições, outrora emedebistas e agora peemedebistas e nem foi uma vez e nem duas em que ele, como líder político deste Estado, nos chamou, nos consultou e tentou que deixássemos inicialmente o MDB para irmos à Arena e depois o PMDB para o PDS.

Tenho por ele um respeito muito grande, uma gratidão por tudo o que fez a nós, estudantes do Paraná e que fez a mim em especial, conferindo a sua amizade pessoal e a sua boa convivência como bom atleticano que era, meu companheiro de algumas importantes visitas à Baixada, onde juntos torcíamos pelo nosso glorioso “furacão”, Clube Atlético Paranaense.

Que se registre o nosso sentimento pessoal pela morte dessa figura que ficará para a História do Paraná como uma das mais expressivas lideranças políticas do nosso Estado.

Não poderia deixar em hipótese alguma de vir à tribuna e me somar àquilo que disseram os deputados Nereu Moura, José Maria Ferreira e Luiz Carlos Zuk, a respeito da doação do Banco do Estado do Paraná ao Banco Itaú, à família Setúbal. A família Setúbal deve estar radiante hoje, a exemplo do secretário Gionédís, do governador Jaime Lerner, do Banco do Estado do Paraná. E, de fato, é uma doação.

O deputado José Maria Ferreira já falou aqui e falamos na semana passada: um bilhão, seiscentos e cinquenta milhões de créditos tributários que poderão ser utilizados, basta lembrar o que aconteceu com os Bancos mineiros que foram comprados pelo Itaú, o Banco do Rio de Janeiro, que foi comprado pelo Itaú, só com o crédito tributário pagou-se o valor do leilão e sobrou dinheiro para o Banco Itaú e aqui não é diferente. Pode ver que eles foram até um bilhão, seiscentos e vinte e cinco, que são uns cinquenta milhões a menos do que o crédito tributário que eles irão receber ao longo de um período que pode ir até 30 anos.

Por quê é uma doação? Porque lá também estão os mais de 400 milhões de ações da Copel e do Sercomtel, garantindo os títulos podres denunciados inicialmente na CPI dos Precatórios pelo senhor Roberto Requião, os títulos podres de Pernambuco, de Alagoas, de Osasco, de Santa Catarina. Quer dizer, além de receber a doação do

Banco pelo simples confronto do crédito tributário, estão a receber mais 400 milhões em doação de ações da Copel. Lá estão, também, 1 bilhão e 300 milhões - quase 1 bilhão e 400 de créditos em liquidação, muitos dos quais serão recebidos: 30%, 20%, 40% ou quem sabe até numa conta assim bastante benéfica ao devedor, por 10%, como foi o acerto feito com o Grupo Atalla. Segundo informações que recebi, ontem, de ex-dirigentes e ex-funcionários do Banco do Estado, que o Grupo Atalla neste governo conseguiu ajustar e pagar as suas contas por 10% do valor da dívida que tinham com o Banco. Então um crédito tributário de 1 bilhão e 400, certamente renderá mais alguns benefícios para a família Setubal, para o Banco Itaú e para o vitorioso Giovanni Gionédís que a exemplo do que já fez com a Copel, a exemplo do que já fez com a Sanepar, a exemplo do que já fez com os royalties, agora, evidentemente, deve estar comemorando esta vitória do desmanche, a vitória do desmanche do patrimônio público do Estado do Paraná.

Desmancharam a Copel, desmancharam a Sanepar, desmancharam agora o Banestado, anteriormente já tinham desmanchado os royalties. Desmancharam um pouquinho ou mais atrás a Ferrovia do Oeste do Paraná. Estão desmanchando e destruindo as estradas estaduais - porque as federais que estão neste território foram concedidas à iniciativa privada. Fala-se na cessão do Porto de Paranaguá. Fala-se na cessão de tantas outras coisas que estamos denunciando aqui, como por exemplo, a cessão do ensino público gratuito deste Estado para a iniciativa privada, para uma forma diferente de se fazer escola no Paraná, que é a fórmula engendradora do Paranáeducação.

Não é dia de se comemorar, deputado Valdir Rossoni. Não é dia de enaltecer a vitória do secretário Giovanni Gionédís. Porque isto não é vitória. Entregar o Banco do Estado do Paraná, doar o Banco do Estado do Paraná depois de já ter doado a Copel, a Sanepar, as estradas, a ferrovia e ao final, contabilizar uma dívida de 400 bilhões no lombo do povo do Paraná, isso não merece comemoração. De forma alguma não merece isso ser comemorado. Merece, sim, ser lamentado e registrado por todos nós, para que a história do Paraná possa fazer o julgamento. E tenho certeza que a nossa parte estamos fazendo: de mostrar, que, infelizmente, o Paraná sofreu um processo de desmanche. Não só os desmanches dos carros, não só narcotráfico, não só o roubo de carga denunciado, diariamente, nesta Casa, por aqueles que integram a CPI ou por aqueles que participaram da Comissão Especial anteriormente nesta Casa. Mas o desmanche do patrimônio público: da venda da Copel, da venda da Sanepar, do sumiço dos royalties, da doação agora do Banestado, da doação lá da Ferroeste a um grupo sul africano, da destruição das nossas estradas e da permanência de uma dívida dez vezes superior àquela que encontrou o governador quando assumiu. Uma dívida que era de 1 bilhão 395 milhões e que hoje ultrapassa a casa dos

14 bilhões. Levaram-se 141 anos de governos, como os de: Ney Braga, Jaime Canet, José Richa, Álvaro Dias, Roberto Requião, Emílio Gomes, Parigot de Souza, Bento Munhoz e tantos outros, para que o Paraná devesse, apenas, 1 bi e 400. Bastaram 6 anos de Jaime Lerner para que a dívida aumentasse em 12 bilhões e 600 milhões e fosse para a casa dos 14 bilhões de reais.

Isto não merece, deputado Rossoni, comemoração nem elogios àqueles que foi o grande condutor do desmanche das finanças públicas e do patrimônio público do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Liderança do Governo: com a palavra o deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, senhores deputados.

Fica e se torna difícil o debate da questão Banestado quando a gente observa, infelizmente, o profundo desconhecimento do problema. Ou desconhece o profundo desconhecimento do problema, ou faz de conta que não conhece para tentar jogar as suas culpas embaixo do tapete. Essa é a grande verdade.

Alegar aqui que não ouve o debate. Não sei o que temos que fazer para dizer aqui e procurar aqui que os deputados falem a verdade. É obrigatório na privatização de qualquer Banco uma audiência pública. Numa audiência pública qualquer deputado poderia ter comparecido, e lá não compareceu nenhum deputado.

Alegar que não ouve o debate sobre a privatização do Banco, porque fugiram no momento em que foi aberto para qualquer dia, para qualquer hora para o debate. Seria muito bom e é por isso que estão surpreendidos com o valor final da venda do Banco, porque nós que vínhamos acompanhando não estamos surpresos, porque sabíamos como tinham sido as negociações, como foi conduzida a questão do Banestado. E por isso tínhamos certeza que seria um sucesso.

Lamento também quando se fala aqui no crédito tributário a falta do debate com os deputados de Oposição, onde os deputados de Oposição teriam a oportunidade, senhor presidente, de entender que o crédito tributário está na avaliação final do Banco. E diga-se de passagem, quem fez a avaliação do Banco não foi o Giovanni Gionédís, não foi o governador Jaime Lerner, foram as mesmas empresas que fizeram a avaliação de quase todos os Bancos que foram vendidos nesse País. E nós poderíamos, aqui, aí é que eu não consigo entender de vez, quando eu vejo um deputado do PSDB subir à tribuna e não quer de forma nenhuma, fugiu do debate, não compareceu à audiência pública e faz dos seus números como aquele vendedor de elástico: estica e encolhe conforme o dia, vende como ele entende. Mas, não vem para a discussão com as pessoas que, realmente, entendem,

profundamente sobre a questão, não compareceu a este debate. Por que é culpa do deputado líder do Governo? É culpa de quem não compareceu e por isso não consegue entender e não vai conseguir entender, porque vai continuar vendendo os seus números e se iludindo pensando que isso é verdadeiro.

Nós não somos diferentes dos outros Estados, senhor presidente. O nosso ágio do Banestado, e é aí que machuca, foi 300%, trezentos e poucos por cento, não foi os 400%. Quero dizer aqui o ágio dos outros bancos que foram vendidos, aí está demonstrada a competência do Estado do Paraná: o Banerj, diga-se de passagem, privatizado por um governador do partido do deputado José Maria, consegui um ágio de 03%. de três para trezentos tem uma diferença considerável. O Banco de Minas Gerais, o ágio foi de 86%.

O do Banestado foi de 302% de ágio. Agora, eu pergunto a vocês: foi mais competente o governador do PSDB do Rio de Janeiro, que conseguiu um ágio de 3% ou foi mais competente o governo do Estado do Paraná, que conseguiu um ágio de 302%? É uma das perguntas.

E qual é o valor final que foram vendidos estes Bancos? A grande verdade, senhor presidente, e eu abro novamente para o debate aos senhores parlamentares, se numa eventualidade quiserem, o secretário Giovani Gionédís está à disposição da Oposição para discutir estes números, para provar que a nossa ação foi transparente, correta e lucrativa para o Estado do Paraná. Nós não podemos vedar os olhos para a realidade. Todos nós sabemos que se o Banco do Estado do Paraná faliu, quebrou, e nós temos repetidas vezes falado aqui que o grande erro do governador Jaime Lerner foi não ter deixado quebrar o Banco no dia em que assumiu o governo, que este Banco estava indo ao redesconto com 700 milhões diários, diários! Mas, o governador, também, como paranaense, procurou recuperar o Banco. E já falei aqui do porquê do agravamento do problema. Tudo isso. Não querem entender. Também esquece o deputado José Maria de fazer a conta, aqui, do Badep. Se nós formos corrigir o valor “podre” que foi jogado para dentro do Banestado, do Badep, chega hoje, aproxima-se e talvez até ultrapasse a 2 bilhões de reais. E não fomos nós quem extinguímos o Badep.

O Sr. José Maria Ferreira

Peço um aparte, deputado Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Eu gostaria que o senhor me permitisse terminar o pronunciamento. estou procurando fazê-lo dentro do Horário, para não quebrar o Regimento.

Por isso, esquece-se do Badep. Por que não sobe na tribuna e não faz a defesa da extinção do Badep e da parte “podre” que ficou herdada pelo Banestado e que foi quem afundou o Banco do povo do Paraná? Foi o Badep que afundou o Banco do povo do Paraná. E a outra questão que afundou o Banco do Estado do

Paraná, todos nós sabemos: a inadimplência. Porque todos nós sabemos que quando trabalhávamos, e eu que sou pequeno empresário sei, que quando trabalhávamos com inflação era muito diferente do que trabalhar sem inflação. Você sempre jogava para baixo do tapete o problema financeiro da sua empresa. E da mesma forma jogava para baixo do tapete o problema financeiro do Banestado. Isso porque você jogava com a inflação. E hoje não há mais este milagre da inflação. Hoje, temos a realidade.

Também ouvi aqui, e eu me assusto quando escuto isso, a questão do ensino público privatizado. Estou procurando aonde é que está sendo privatizado. Eu ouvi um deputado dizer da tribuna, sendo privatizado.

Outra coisa: eles confundem o que é privatização com concessão. Confundem. Misturam. Talvez o meu Aurélio não seja igual ao Aurélio deles. Tenho dificuldades em compreender. Mas, nada melhor que o debate. Nada melhor que vivermos este momento que estamos vivendo no Paraná. Porque aqueles que julgavam-se entendidos na questão do Banco, julgavam-se profundos entendedores, hoje, se viram derrotados pela realidade.

Nós ouvimos tantos pronunciamentos da Oposição, que eu vou lhes conceder aparte, deputado Cesar Silvestri, porque nós temos que falar, na verdade, a Oposição está com número... É aquela estória do elástico, da venda do elástico.

Concedo aparte ao deputado Cesar Silvestri.

O Sr. Cesar Silvestri

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Exatamente nesta linha, deputado Valdir Rossoni, porque eu consultava vários deputados, inclusive deputados de três legislaturas que aqui estão conosco, quatro legislaturas, o senhor falava da extinção do Badep. Lembro que quando assumi como deputado estadual em 1990, alguns deputados se posicionaram radicalmente contra a extinção do Badep, lembro bem que inclusive o presidente da nossa Casa, deputado Nelson Justus, era um dos que se posicionaram contra porque alegava que o Badep realmente era o grande banco de fomento, principalmente para as pequenas e médias indústrias do Estado do Paraná. Mas a dúvida que eu tenho e é isto que eu estou lhe apartando e interrompendo o seu pronunciamento é de que qual governo que extinguiu, a nossa dúvida, uns dizem que foi em 1990, outro em 1991, e na verdade eu não consegui que nenhum deputado me precisasse qual foi o governador que extinguiu o Badep e que jogou esses dois bilhões que Vossa Excelência fala, esse “mico” que na verdade foi jogado para dentro do Banestado.

O Sr. Luiz Carlos Zuk

Vossa Excelência permite um aparte, só para esclarecer um número, nobre Deputado, só uma coisinha?

Vossa Excelência fala...

O SR. VALDIR ROSSONI

Ouçõ, deputado Zuk, com muita atenção o pronunciamento da Oposição e eu gostaria que Vossa Excelência tivesse a paciência de me ouvir também para que nós pudéssemos ter o contraditório.

(Vozes paralelas)

O Badep foi extinto, segundo minha assessoria, dia 05 de fevereiro de 1991. Quem era o governador, é só irmos em busca desta questão.

Vou encerrar, senhor presidente, Vossa Excelência já me concedeu, como concedeu ao deputado José Maria mais alguns minutos, só vou concluir aqui o seguinte para dar de uma vez por todas a nossa posição. O senhor Armínio Fraga, homem de extrema confiança do presidente da República, do partido do deputado José Maria, considerou a privatização do banco espetacular, o ágio da venda do Banestado.

Olha, ninguém tem mais autoridade dentro do PSDB de falar na questão do valor do Banestado do que o presidente do Banco Central ou o ministro da Fazenda, Pedro Malan, que também fez uma declaração. E como Vossa Excelência se refere a Tereza Grossi...

(Discussões Paralelas)

Senhor presidente, este é o costume, de quem não gosta de ouvir verdades.

Senhor presidente, e mais uma questão, quando se refere a Tereza Grossi e aí que eu quero encerrar o meu pronunciamento, teve um diretor do Banco Central, o Freitas, não me lembro aqui o primeiro nome, no mesmo dia em que a Grossi falou aquelas palavras e nós já falamos aqui que concordamos e o governador determinou toda uma sindicância, entregou ao Ministério Público e o Ministério Público e o que coloque na cadeia quem eles quiserem porque são eles que têm que fazer justiça e não o governador Jaime Lerner, o diretor do Banco Central disse o seguinte, palavra dele, o problema de o Banestado estar sendo privatizado por causa de várias gestões que veio aprofundando a crise do Banestado. Nada melhor também de pegarmos a palavra desse diretor quando atribui ao problema do Banestado a várias gestões. Fico com quem entende de Banco. Fico com quem entende de Banco do PSDB. Fico com Armínio Fraga, Pedro Malan e o Diretor do Banco Central.

Não interessa a posição de quem fugiu de debate e desconhece profundamente como foi feito o trabalho para conseguirmos este ágio que demonstramos aqui pelos números comparativos de que o governo do Paraná foi competente, porque o governo do PSDB do Rio de Janeiro não teve competência, conseguiu 3%, o Bemge 86%. O Paraná é sim vitorioso porque teve competência o secretário Giovani Gionédís e merece um voto de nós, deputados, pelo trabalho que fez, porque foi um lutador sozinho em determinados momentos, enquanto muito que apregoavam o apocalipse, hoje têm que se calar diante da verdade e da realidade.

Agradeço, senhor presidente, os minutos que Vossa Excelência me concedeu.

O Sr. Luiz Carlos Zuk

A avaliação do banco foi igual nos outros Estados?

O SR. NEREU MOURA **(Pela Ordem)**

Quería sugerir a Vossa Excelência para acabarmos com esta conversa, que criemos a CPI do Banestado, de todos os governo, daí vamos ver quem tem culpa em cartório.

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justos)**

Antes de passarmos aos projetos que necessitam de apoio esta Presidência deseja pessoalmente fazer mais uma vez um comunicado aos senhores deputados que na próxima terça-feira, dia 24, o Projeto de Resolução nº 020/2000, que institui a Ética e o Decoro Parlamentar, retornará à Ordem do Dia para ser votado na sua 2ª discussão no que diz respeito ao substitutivo. Nós fizemos a entrega em todos os gabinetes dos senhores deputados no dia 13 de setembro, portanto encareço mais uma vez a Vossas Excelências que dêem uma examinada nesse substitutivo porque a Mesa não gostaria de ceder a qualquer tipo de adiamento desta questão. Portanto, terça-feira que vem virá à 2ª discussão e gostaria já que Vossas Excelências, que receberam desde o dia 13 de setembro esta cópia do substitutivo, pudessem apreciá-la.

De igual maneira quero endossar a todos os oradores que nesta tarde homenagearam o ex-governador Ney Braga, alguém, que realmente merece todas as homenagens desta Casa. E até por sugestão de alguns deputados nós iremos, em conjunto com a Mesa Executiva, discutirmos com os senhores alguma maneira personalizada de a Assembléia homenagear um dos maiores líderes políticos do nosso Estado.

De igual maneira respondendo a colocação que fez o deputado Beraldin no que diz respeito a comissão de alto nível, não necessariamente para abordar exclusivamente o problema do Tribunal de Contas, mas propriamente a reforma da nossa Constituição, que o deputado Caíto Quintana, vice-presidente desta Casa, está com ela pronta. Nós devemos ter ainda nesse mês a instalação disso para que possamos dar andamento a todas essas questões.

Mas de qualquer maneira parabeno o deputado pela sua interferência muito oportuna e pelo seu pronunciamento nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, devidamente apoiado, constante do expediente. À **Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos senhores deputados Nereu Moura, Edson Strapasson, Algaci Tulio e demais senhores deputados, devidamente apoiados, constante do expediente. À **Diretoria Legislativa.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 312/2000, de autoria do deputado Cesar Seleme, que altera o § 1º, do artigo 52, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970. (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Paraná). **Aprovado.**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 24/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que institui na Assembléia Legislativa do Estado, o evento "Parlamentar do Futuro". **Aprovado.**

CÓDIGO DE ÉTICA DO PARLAMENTAR DO FUTURO

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1 - Fica instituído o Código de Ética do Parlamentar do Futuro.

Art. 2º - A atividade parlamentar será norteadada pelos seguintes princípios:

- I - legalidade;
- II - democracia;
- III - supremacia do Plenário;
- IV - função social da atividade parlamentar;
- V - boa fé e companheirismo.

Art. 3º - No exercício do mandato, o Parlamentar do Futuro atenderá às normas constitucionais, legais, regimentais e as estabelecidas neste código.

TÍTULO II

DOS PRECEITOS ÉTICOS REFERENTES AO PARLAMENTAR DO FUTURO

Capítulo I

Dos Direitos dos Parlamentares do Futuro

Art. 4º - São direitos dos Parlamentares do Futuro:

- I - exercer, com liberdade, o seu mandato;
- II - fazer respeitar as prerrogativas do Poder Legislativo;
- III - ter a palavra na tribuna, na forma regimental.

Capítulo II

Dos Deveres dos Parlamentares do Futuro

Art. 5º - São deveres dos Parlamentares do Futuro:

- I - promover a defesa dos interesses populares e estaduais;
- II - exercer o mandato com dignidade e respeito;
- III - manter o decoro parlamentar e preservar a imagem da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;
- IV - não fraudar as votações em Plenário;
- V - exercer a atividade parlamentar com zelo;
- VI - defender os direitos e a reputação de todos os Parlamentares do Futuro;
- VII - tratar com respeito as autoridades e funcionários;
- VIII - atender às obrigações político-partidárias;
- IX - manter a ordem das sessões plenárias;
- X - ter boa conduta nas dependências do Poder Legislativo.

TÍTULO III

DAS SANÇÕES ÉTICAS

Capítulo I

Preceitos Gerais

Art. 6º - O Parlamentar do Futuro que incidir em conduta incompatível com o decoro parlamentar ou ofensiva à imagem da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná estará sujeito às seguintes sanções:

- I - censura;
- II - perda do mandato.

Capítulo II

Da Censura

Art. 7º - A censura, será verbal, feita pelo presidente da Sessão Plenária.

Capítulo III

Da Perda do Mandato

Art. 8º - A reincidência em conduta já censurada verbalmente pelo presidente da Sessão Plenária, implicará perda de mandato por desrespeito à atividade parlamentar.

TÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º - Este Código de Ética regerá as atividades dos Parlamentares do Futuro na Sessão Plenária.

Art. 10 - A Sessão Plenária do Parlamentar do Futuro acontecerá nas dependências do Poder Legislativo, através de convite formulado pela coordenação do evento, que definirá dia, local e números de participantes.

§ 1º - Por deliberação da Comissão Executiva a reunião poderá se realizar em outro município do Estado.

§ 2º - Durante as Sessões Plenárias não será permitido o uso de bermudas, mini-blusas, ou outras vestimentas não adequadas às atividades desenvolvidas na Casa.

Art. 11 - As Sessões Plenárias do Parlamentar do Futuro serão realizadas, periodicamente, de acordo com a agenda programada pela Presidência da Assembléia Legislativa do Estado.

Art. 12 - A direção dos trabalhos caberá, em ordem sucessiva:

- I - ao presidente da Assembléia Legislativa;
- II - aos membros da Mesa Diretora;
- III - aos líderes dos partidos;
- IV - ao deputado mais idoso.

Art. 13 - A Sessão Plenária do Parlamentar do Futuro seguirá a seguinte formatação:

- I - apresentação e discussão das propriedades;
- II - votação da matéria em Ordem do Dia.

Art. 14 - Durante a Ordem do Dia somente poderão ser formuladas questões de ordem pertinentes à matéria em debate e votação.

Art. 15 - Anunciadas as matérias da Ordem do Dia, será dada a palavra aos oradores para discuti-la.

Art. 16 - A discussão será geral, abrangendo o conjunto da proposição e suas emendas, exceto se o Plenário decidir debatê-las por partes.

Art. 17 - Para discutir a proposição terá preferência o seu autor, seguido dos demais, por ordem de inscrição junto à Coordenação dos Trabalhos.

Art. 18 - O Parlamentar do Futuro, na discussão de uma proposição, só poderá falar uma vez e pelo prazo de cinco minutos.

Art. 19 - O presidente da Sessão Plenária poderá interromper o orador quando:

- I - o orador se desviar da questão do debate;

II - o orador usar linguagem incompatível com o decoro parlamentar;

III - o orador ultrapassar o prazo estabelecido no artigo anterior.

Art. 20 - Será permitido o aparte para indagação, contestação ou esclarecimento relativos à matéria em debate.

Parágrafo Único - O aparte só será permitido mediante licença do orador, sendo computador no seu tempo.

Art. 21 - As proposições na Ordem do Dia admitirão emendas apresentadas durante a sua discussão e distribuídas a todos os parlamentares do futuro da votação.

Art. 22 - Encerrada a discussão, proceder-se-á a votação.

Art. 23 - A votação será simbólica.

Parágrafo Único - Na votação simbólica, o presidente da sessão, ao anunciá-la, convidará a permanecerem sentados os Parlamentares do Futuro que forem a favor da proposição.

Art. 24 - Existindo emendas, iniciar-se-á o processo de votação pelas mesmas.

Art. 25 - Terminada a apuração, o presidente da sessão proclamará o resultado, não cabendo a modificação do voto.

Art. 26 - Será considerada aprovada a proposição que obtiver a maioria simples.

Art. 27 - As proposições aprovadas serão encaminhadas à Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado que deliberará sobre o destino do assunto.

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 280/2000, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública o “Grupo Alicerce de Teatro”, do município de Londrina, com sede e foro no mesmo município. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda. **Aprovada.**

Projeto **Aprovado.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 306/2000, de autoria do deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública o Clube do Idoso “Reviver em Cristo”, do município de Rondon, com sede no município de Rondon e foro no município de Cidade Gaúcha. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J..

APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda. **Aprovado.**

Projeto **Aprovado.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 004/2000, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que autoriza o governo do Estado do Paraná a criar Programa de Incentivo à Agricultura Paranaense e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.A.I.C..

Sobre o referido projeto requerimento de autoria do senhor deputado Luiz Fernando da Silva Litro, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 004/2000.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 013/2000, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que cria o Conselho Estadual da Agricultura Orgânica do Estado do Paraná - CEAO e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.A.I.C..

Sobre o referido projeto requerimento de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 013/2000.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 074/2000, de autoria do deputado Beto Richa, que institui incentivos fiscais e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.A.I.C..

Sobre o referido projeto requerimento de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 074/2000.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 283/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo doar imóvel à Comunhão Cristã Espírita de Curitiba. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.T.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 313/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa - SBCI, com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 207/2000, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza a criação da Circunscrição Regional de Serviços de Trânsito - CIR-ETAN, no município de Ribeirão do Pinhal. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E S.P.. **Aprovado (Publ. no D.A. nº 083, de 20.06.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 207/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo autorizar a criação da Circunscrição Regional de Serviços de Trânsito - Ciretran, no município de Ribeirão do Pinhal.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 08.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 207/2000

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do senhor deputado Hermas Brandão, o presente projeto de lei tem como objetivo criar a Circunscrição Regional de Serviços de Trânsito - Ciretran, no município de Ribeirão do Pinhal.

Fundamentação

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende a necessidade da criação da referida Ciretran no município de Ribeirão do Pinhal, visando maior agilidade nos serviços prestados aos usuários.

Conclusão

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.10.2000.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

TIAGO AMORIM NOVAES - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 289/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 020/2000, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao município de Arapoti, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado dentro das terras de campos e matos "invernadinha", com área de 50 alqueires. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.T.C.I. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 118, de 11.09.2000 - mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 289/2000

P A R E C E R :

A proposição em apreço, oriunda da Mensagem do senhor governador sob nº 20/2000, visa obter autorização legislativa para cessão do imóvel que especifica, em caráter de utilização gratuita, ao município de Arapoti.

O projeto de lei em exame contém cláusula que torna sem efeito a cessão, caso o imóvel não seja utilizado exclusivamente para o fim previsto e, ainda, atribui à cessionária a responsabilidade pela guarda, proteção e conservação do bem cedido e pelas despesas que daí decorram, sem direito a futuro ressarcimento.

Confrontando o esboço de lei com os ditames constitucionais, legais e regimentais, constata-se que o mesmo está em condições de merecer Parecer Favorável desta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 03.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE TERRAS, COLONIZAÇÃO
E IMIGRAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 289/2000

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao município de Arapoti, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado dentro das terras de campos e matos “invernadinha”, com área de 50 alqueires.

Fundamentação

Quanto aos aspectos constitucional e legal da matéria objeto deste Parecer, a Comissão de Constituição e Justiça posicionou-se favoravelmente por não encontrar nenhum óbice à sua tramitação.

Chamada esta Comissão a se manifestar, conforme dispõe o § 8º, do artigo 33, do Regimento Interno, entende pelo mesmo posicionamento da dita Comissão acima referida. O projeto em análise atende aos superiores interesses da Administração Pública, assim como da coletividade. A cessão do imóvel tem por fim a implantação de Programas Educacionais.

Conclusão

Assim sendo, somos pelo Parecer Favorável à aprovação do projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 10.10.2000.

(aa) NEREU MOURA - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 295/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública, a Creche Comunitária Tia Sandra, com sede e

foro no município de Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 119, de 12.09.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 295/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Chico Noroeste, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública, a Creche Comunitária Tia Sandra, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 03.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO- do Projeto de Lei nº 303/2000, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao município de Sengés, imóvel que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.T.C.I.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 122, de 18.09.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 303/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Valdir Rossoni, visa autorizar o Poder Executivo a ceder ao município de Sengés, imóvel que especifica.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 03.10.2000

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE TERRAS, COLONIZAÇÃO
E IMIGRAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 303/2000

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Valdir Rossoni, autoriza o Poder Executivo a ceder imóvel ao município de Sengés.

Fundamentação

Quanto aos aspectos constitucional e legal da matéria objeto deste parecer, a Comissão de Constituição

e Justiça posicionou-se favoravelmente por não encontrar nenhum óbice para a sua tramitação.

Chamada esta Comissão a se manifestar, dispõe o § 8º, do artigo 33, do Regimento Interno, entende pelo mesmo posicionamento da douta Comissão acima referida. Com a referida cessão a Prefeitura Municipal de Senegés, juntamente, em parceria com a iniciativa privada, tem intuito de implementar o Programa Municipal de Industrialização.

Conclusão

Assim sendo, somos de Parecer Favorável à aprovação do projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 10.10.2000.

(aa) NEREU MOURA - Presidente
LUIZ ACCORSI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, requerimento nº 1917, de autoria do senhores deputados Duílio Genari, Marcos Isfer, Valdir Rossoni e mais senhores deputados, constante do expediente. - **Em discussão.**

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1868, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente de sessão anterior. **Prejudicado.**

Requerimento nº 1875, de autoria dos senhores deputados Algaci Tulio e Ricardo Chab, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1882, de autoria do senhor deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1887, 1888 e 1902 a 1904, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1889, de autoria dos senhores deputados Geraldo Cartário e Ademar Traiano, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1890, de autoria dos senhores deputados Durval Amaral e Tony Garcia, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1891, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 1893 e 1894, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1895 a 1901, de autoria do senhor deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1909, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1910, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1911, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1912 a 1915, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1921 e 1922, de autoria do senhor deputado Tony Garcia, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1918, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. - **Aprovado.** **(A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimentos nºs 1919, 1920 e 1023 a 1926, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1927, de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. - **Em discussão.**

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1881, de autoria dos senhores deputados Irineu Colombo, Nereu Moura, Ademir Bier e demais senhores deputados constante do expediente de sessão anterior. - **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Já está com a sua Discussão adiada.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Então eu requeiro a Vossa Excelência que determine ao 1º secretário que faça a leitura do inteiro teor do requerimento.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Carlos Simões)

(Procede à leitura do requerimento assinado por vários senhores deputados ao presidente do Tribunal de Contas).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Continua em discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Discutir)

Senhor presidente, não vejo necessidade de aprovar novamente este requerimento porque requerimento de igual teor a este e ao próximo que está aí para ser votado, já foi aprovado por esta Casa num requerimento formulado pelo deputado José Maria. Aprovamos aqui nesta Casa as informações quanto a avaliação feita do Banestado, já foi aprovado, mas este requerimento é de igual teor ao outro que iremos votar.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, para discutir.

Senhor presidente, o requerimento que acaba de ser lido e submetido para apreciação deste Plenário, ele é endereçado ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, solicita o quê? Uma avaliação e também solicita intrinsecamente a posição do Tribunal com relação a avaliação que está ali. Vamos só receber o relatório de avaliação da Secretaria das Finanças, aqui desmascara o Líder do Governo se negar a aprovação que prova que não quer diálogo, não quer transparência, não quer, vai lá na tribuna usar e os números são os mesmos. Se os números podem ser citados aqui que venha. Agora, não adianta subir na tribuna, fazer um discurso e depois aqui no Plenário fazer outro. Acho que é uma questão inclusive de respeito para com a Casa. Fala-se em abertura, fala-se em transparência. Ora, que transparência é essa? Será que nós nos submetemos a isso? Não conhecer os dados pelos quais foram vendido o Banestado?

Por isso, senhor presidente, solicito, ao bem desta Casa, não é o presidente do Banco do Estado do Paraná, o Banco foi leiloadado hoje ele não conhecia o projeto de avaliação.

Indago ao senhor presidente, se como presidente do Poder Legislativo, Vossa Excelência tem na sua assessoria um relatório de avaliação. Se tiver realmente, não precisamos, até abro mão daquele que foi solicitado por requerimento à Secretaria da Fazenda. O presidente também não tem. Esta Casa também não tem. Ora, e agora como vamos buscar o relatório lá, se é impedido? Acho que o líder do Governo precisava fazer uma revisão da postura com relação a esta questão, porque ele fica desmoralizado, logo depois que subiu naquela tribuna e falou em transparência, e falou em números que o deputado joga com elástico. Ainda tenho elástico para mostrar, e o deputado não vai ter nem elástico e nem a palavra para justificar.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**)

Para esclarecer que não recomendei a não aprovação do requerimento. O deputado José Maria está querendo colocar na minha boca o que não falei. Isso aí na verdade, é resultado do meu pronunciamento da tribuna que deixou o deputado um pouco nervoso.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação o requerimento enviado com pedido de informações ao presidente do Tribunal de Contas. Em

votação, deputados que aprovam o requerimento permanecem como estão. **Aprovado.**

Requerimento nº 1880, de autoria dos senhores deputados Péricles Mello, Nereu Moura, Ademir Bier e demais senhores deputados constante do expediente, de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Queremos retirar este requerimento, senhor presidente, tendo em vista que já foi aprovado, ontem, o requerimento e com mais esse requerimento aprovado agora, fica esgotado o assunto.

Gostaria só pedir à Mesa que encaminhasse os requerimentos com a maior brevidade, porque tenho um Pedido de Informação aprovado aqui e, pelo que tomei conhecimento, até agora, ainda não saiu da Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Gostaria que Vossa Excelência nominasse esse Pedido de Informação, porque a Mesa não admite que um Pedido de Informações, aprovado nesta Casa não tenha sido feito.

Não posso admitir isso em hipótese alguma.

O SR. NEREU MOURA

Vou passar para Vossa Excelência a cópia do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 486/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 207, 289, 295 e 303/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 205, 315 e 318/2000.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TULIO, EM SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2000.

“Ney Braga 1917 - 2000”

Gazeta do Povo

O Paraná perdeu uma de suas maiores expressões políticas: o ex-prefeito de Curitiba, ex-governador, ex-senador, e ex-ministro Ney Braga. Neste caderno especial, a Gazeta do Povo presta uma homenagem do político que mais benefícios trouxe ao Estado. Aberto a todas as correntes, o lapeano Ney Braga conquistou, durante sua carreira, o respeito e a admiração de centena de amigos. Uma de suas frases resumia bem este espírito: “O diálogo é a única forma de resolver divergências. Minha liderança é o reflexo do meu coração, da minha cabeça, dos meus sentimentos”. Este era Ney Braga.

O Pensamento

“Nesta minha saudade de tantos anos percorridos pelas estradas da política e da administração, considero muito importante falar sobre lealdade. E pensei bastante como fazê-lo. Entre as virtudes que se destacam nas pessoas de bem está a lealdade, essa verdadeira pérola do caráter. Encontramo-la vinculada à gratidão e à fidelidade. Aqueles que prezam o conceito e a admiração que por eles têm dos outros, malbaratam esses mesmos conceito e admiração dos semelhantes, ao se descuidarem de agir com lealdade e reconhecimento no trato social. Ficam eles com a mente enevoada por distorcida auto-estima, a ponto de, talvez sem perceber, virarem as costas àqueles a quem tanto devem”.

Ney Braga

Principais Cargos Públicos

- Chefe de Polícia (função correspondente ao atual Secretário de Segurança) de 52 a 54
- Prefeito de Curitiba de 54 a 58
- Deputado federal de 58 a 60
- Governador do Paraná de 60 a 65
- Ministro da Agricultura de 65 a 66
- Senador da República de 67 a 74
- Ministro da Educação e Cultura de 74 a 78
- Governador do Paraná de 79 a 82
- Diretor geral da Itaipu Binacional de 85 a 89

Título e Condecorações

- Grande oficial da Ordem do Mérito Naval
- Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar
- Grande Oficial da Ordem do Mérito Aeronáutico
- Grande Oficial da Ordem Rio Branco
- Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho
- Medalha de Guerra
- Medalha Militar
- Medalha “Marechal Hermes”
- Medalha do Pacificador
- Ordem do Mérito Tamandaré, da Marinha do Brasil
- Cavaleiro da Ordem de Isavel, a Católica (Espanha)
- Comendador da Ordem Militar de Cristo (Portugal)

- Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito (Paraguai)
- Grã-Cruz do Grão Ducado de Luxemburgo
- Grã-Cruz da Ordem de Oranje Nassau (Holanda)
- Grande Oficial da Ordem de Barnardo de O’Higgins (Chile)
- Doutor Honoris Causa da Universidade Federal do Paraná
- Doutor Honoris Causa da Universidade Federal de Alagoas
- Doutor Honoris Causa da Universidade Federal de Viçosa
- Doutor Honoris Causa da Universidade Federal de Pelotas (RS)
- Doutor Honoris Causa da Universidade Católica de Pelotas
- Doutor Honoris Causa da Universidade Federal de Santa Maria
- Doutor Honoris Causa da Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Advisor Of Honor “International Association of University Presidents - IAUP”
- Cidadão honorário de quase duas centenas de municípios paranaenses e de outros estados.

Coluna do Malu Especial

Luiz Alfredo Malucelli

Ney, o fazedor de amigos

Durante alguns anos fui redator da Secretaria de Comunicação Social e no primeiro governo, trabalhei no Palácio Iguaçu, com Ney Braga.

Nas tantas viagens conheci o homem e a sua sensibilidade com os menos favorecidos. Foi numa delas, talvez em Loanda, que firmei um conceito que perdurou para sempre. Do governador austero, rigoroso com as coisas do Estado, para o cidadão preocupado com os outros.

Estávamos, a equipe, fotógrafo, cinegrafista, motorista e eu, alojados num hotel, quando fomos chamados pelo Ney para tomarmos café na casa do prefeito. Depois de indagar como fora nossa viagem de carro, quis saber quem já tinha casa financiada pelo IPE. Frise-se: casa financiada aos funcionários, sem juros ou correção monetária.

Para surpresa, só o motorista não tinha. Recebi então a incumbência de, na volta a Curitiba, solicitar ao presidente daquela instituição que providenciasse uma casa ao motorista.

Ele a recebeu em menos de 15 dias.

Ney Braga X Jamur Júnior

Uma das histórias mais deliciosas do nosso querido ex-governador Ney Braga é da sua “briga” com o Jamur Júnior.

Logo que o Paulo Pimentel assumiu o governo do Estado, apoiado pelo Ney, os dois se desentenderam. Na época, o Jamur Júnior era a grande estrela do “Show do Jornal”, da TV Iguaçu, programa de grande audiência.

E volta e meia Ney era criticado e Jamur, grande imitador da voz rouquenha do então Ministro da Educação, irritava o “inimigo”.

Contaram para o Ney, que prometeu “pegar” o “turco” Jamur.

Coincidentemente, Paulo e Ney se reconciliaram e o ministro, no fim de ano, foi ao Palácio Iguaçu para os tradicionais cumprimentos.

Ney encarou uma fila enorme e foi saudando um por um. E o Jamur estava lá no fim da fila. Houve então um frisson geral e toda turma na expectativa do encontro e do “troco” que Ney iria dar no “turco”.

Para surpresa geral, Ney estendeu a mão, abraçou Jamur e cochichou ao ouvido de seu “desafeto”. Espanto geral na platéia. Tão logo Ney saiu, a galera correu para saber o que o ministro tinha dito ao pé de ouvido do locutor:

- Seu “turco”, filho da p...

Reconciliou-se mas deu seu recado!

LUTO - Governador e Ministro por duas vezes morre em Curitiba, aos 83 anos. Ney Braga

Um dos Maiores Políticos da História do Paraná

Às 8:30 horas de ontem fechou um ciclo na história do Paraná. Morreu, aos 83 anos, o ex-governador Ney Braga, uma das maiores, senão a maior, lideranças políticas paranaenses.

Ney estava internado no hospital Santa Cruz, em Curitiba desde o dia 6, quando foi submetido a uma cirurgia para implante de uma prótese no fêmur, decidida após a realização de exames que indicaram uma degeneração óssea. No mês passado, ele já havia sido internado no mesmo hospital.

Após a operação, o boletim médico confirmava as boas condições de saúde do paciente. Ele, porém, continuou internado, e seu estado foi piorando gradativamente.

História

Nascido na Lapa, em 25 de julho de 1917, Ney foi uma unanimidade como figura humana e como homem público foi prefeito de Curitiba, duas vezes governador do Paraná, deputado federal, senador e ministro da Agricultura e, depois, da Educação e da Cultura, entre outros cargos.

Sua primeira gestão no governo do Paraná, em 1960, deixou marcas fundamentais para o progresso do Estado, que foi definitivamente preparado para a industrialização. No seu governo, a renda da economia paranaense cresceu 153%. Foi, talvez, o mais importante governo que o Paraná já teve.

O início

Ney Braga despontou como líder ainda criança, o que depois veio se repetir mais tarde, na política. Após cursar o primário na cidade natal, frequentou o curso secundário em Curitiba, seguindo carreira no Exército. Concluiu o curso superior na Escola Militar de Realengo, no Rio de Janeiro, de onde saiu aspirante a Oficial da Arma de Artilharia, em 1937. Serviu no Rio Grande do Sul, em São Paulo e no Paraná.

Resolveu dedicar-se à vida militar e política.

Foi chefe de Polícia (equivalente a secretário de estado da Segurança Pública), entre 1952 e 1954, durante o governo Munhoz da Rocha.

Seu perfil enérgico e ao mesmo tempo humano correspondeu aos anseios da população. Assim, foi requisitado a disputar, por eleição direta, a prefeitura de Curitiba, em 1954, elegendo-se como significativa votação. Realizou uma administração considerada modelo pelas reformas urbanas que implementou, modernizando a cidade. Racionalizou o sistema de transporte coletivo, levou energia elétrica aos bairros, instituiu a primeira Comissão de Cultura, instalou bibliotecas na periferia e cuidou da segurança e do abastecimento.

Em 1958 candidatou-se à Câmara dos Deputados, obtendo a maior votação individual da época e sendo eleito pelo Partido Democrata Cristão. Permaneceu pouco tempo na Câmara, mas o suficiente para abordar temas de alta relevância, tais como a posse da terra no Oeste e Sudoeste paranaense.

Campanha marcante

Candidato de oposição pelo PDC ao governo do Estado, em 1960, Ney venceu graças ao seu desempenho nas tribunas, numa campanha histórica. Foi considerado um fenômeno político pelas características pessoais que conferiu à luta eleitoral, mesmo sem recursos financeiros. Dotado de carisma, foi privilegiado pela campanha presidencial de Jânio Quadros, à qual o povo lhe associou o nome.

Vitorioso, propôs-se a inovar ciente de encontrar dificuldades, pois o Estado tinha sérios problemas administrativos. O Paraná ainda passava pelo processo de ocupação, sem energia elétrica ou rodovias pavimentadas.

Sua primeira preocupação foi preparar o Estado para a industrialização. O importante era a geração de energia, rede viária, sistemas de abastecimento de água, redes de armazéns, assistência ao produtor rural e o desenvolvimento social e econômico.

Fortaleceu a Copel, recuperou o Banestado, asfaltou a Rodovia do Café, implantou novas geradoras de energia e atraiu novas indústrias. Iniciou o sistema de telecomunicações por microondas. Neste período, a renda da economia paranaense cresceu 153%.

Criou a Codepar (mais tarde Banco do Desenvolvimento do Paraná), o IPE, IAM, Telepar, Café do Paraná, Celepar, Sanepar, Fundepar e o BRDE, com os governadores de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Esses órgãos lhe permitiram assegurar ao Paraná um ciclo de prosperidade.

Ministérios

Em 1965 tornou-se ministro da Agricultura no governo revolucionário do presidente Castelo Branco, renunciando ao cargo de governador. As ações de Ney Braga foram voltadas à melhoria da produtividade e da comercialização dos produtos agrícolas.

Instalou a Comissão Consultiva Nacional do Crédito Rural. Encaminhou os anteprojetos de lei das cooperativas e da oficialização do ensino agrícola e veterinário. Medidas voltadas para o equilíbrio ecológico também foram adotadas, com a elaboração da primeira legislação de incentivos fiscais para o reflorestamento. Criou o Instituto Brasileiro de defesa Florestal.

Elegeu-se em 1966 pela Arena (Aliança Renovadora Nacional) para o Senado, onde ocupou a 1ª Secretaria e implantou os serviços de processamento de dados (Prodasen), além de presidir as comissões da Agricultura, Relações Exteriores, Segurança Nacional, Indústria e Comércio e ALAC.

Recusou-se a apoiar a edição do Ato Inconstitucional nº 5 (AI-5) do governo revolucionário, dada sua vocação liberal, e esteve no ostracismo durante o governo Médici. Em 1974 foi convocado pelo presidente Geisel para assumir o Ministério da Educação e Cultura. Instituiu o Crédito Educativo, o Conselho Nacional de Direitos Autorais, a Política Nacional de Educação Física, o Programa de Pós-Graduação, o Concine e a Funarte.

Sua influência possibilitou ao Paraná presença significativa nos altos escalões da República.

Volta ao governo

Ney Braga voltou ao governo do Paraná em 1978, em eleição indireta. As diretrizes do seu programa estiveram definidas em 5 pontos fundamentais: o aumento da renda per capita, a difusão do bem-estar, o incentivo ao desenvolvimento e a promoção cultural, a resposta do Paraná para o Brasil e ações para o futuro.

Dedicou atenção especial ao meio ambiente, ao apoio à produção, aos transportes e à reativação do Porto de Antonina. A criação da Secretaria da Cultura e do Esporte foi um dos pontos altos do seu 2º governo. Nas eleições presidenciais de 1985 foi um dos articuladores do “Acordo de Minas”, que viabilizou as candidaturas de Tancredo Neves e José Sarney, tendo rompido com seu partido e ingressado no recém-fundado PFL. Ao formar sua equipe de governo, Sarney convidou Ney para assumir a presidência da Itaipu Binacional, cargo que encerrou a sua vida pública.

Ney Braga Deixou Marcas Em Todos Os Cargos Que Assumiu Ao Longo De Sua Carreira Política

1952 - 1954:

Foi chefe de Polícia (equivalente a secretário de Estado da Segurança Pública), durante o governo Munhoz da Rocha.

1954:

Assume a Prefeitura Municipal de Curitiba. Realizou uma administração considerada modelo pelas reformas urbanas que implementou, modernizando a cidade.

1958:

Candidatou-se à Câmara dos Deputados, obtendo a maior votação individual da época e sendo eleito pelo Partido Democrata Cristão (PDC). Conquistou 33% dos votos da capital paranaense.

1960:

Foi eleito governador numa campanha histórica. Foi considerado um fenômeno político pelas características pessoais que conferiu à luta eleitoral. Preparou o Estado para a industrialização. No seu governo, a renda da economia paranaense cresceu 153%.

1965:

Tornou-se ministro da Agricultura no governo do presidente Humberto de Alencar Castelo Branco. Renunciou ao cargo de governador, sucedido por Algacyr Guimarães.

1966:

Elegeu-se pela Arena (Aliança Renovadora Nacional) para o Senado, onde ocupou a 1ª secretaria e presidiu as Comissões Técnicas da Agricultura, Relações Exteriores, Segurança Nacional e Indústria e Comércio.

1974:

Convocado pelo presidente Ernesto Geisel para assumir o Ministério da Educação e Cultura. Instituiu o Crédito Educativo e uma série de outros programas.

1978:

Volta ao governo do Paraná, em eleição indireta, assumindo em março de 1979. As diretrizes do seu programa estiveram definidas em cinco pontos fundamentais; o aumento da renda per capita, a difusão do bem-estar, o incentivo ao desenvolvimento e a promoção cultural, a resposta do paraná para o Brasil e ações para o futuro do Estado. A criação da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte foi um dos pontos altos do seu segundo governo.

1985:

Por ocasião das eleições presidenciais, foi um dos articuladores do chamado “Acordo de Minas”, que viabilizou as candidaturas de Tancredo Neves e José Sarney, ingressando na nova agremiação fundada por Aureliano Chaves e Marco Maciel, o Partido da Frente Liberal.

Convidado por Sarney, assumiu a presidência da Itaipu Binacional, cargo que encerrou a sua vida pública.

Com três salvas de tiros, oitenta cadetes da escola de oficiais da Polícia Militar do Paraná prestaram ontem uma homenagem ao ex-governador Ney Braga, poucos minutos antes de seu sepultamento no Cemitério Municipal de Curitiba. Pouco depois, o governador Jaime Lerner (PFL) entregou à viúva, dona Nice Braga, a bandeira do Estado do Paraná.

O ato encerrou o dia de homenagens ao político, que foi citado por dezenas de políticos que estiveram presentes ao velório como “o mais importante homem público da história do Estado”. “Nenhum político paranaense alcançou a projeção de Ney Braga”, resumiu o deputado estadual Orlando Pessuti.

Centenas de pessoas prestigiaram durante toda a tarde de ontem o velório do corpo de Ney Braga, que chegou ao Palácio Iguazu pouco depois do meio-dia. Companheiros de governo, ex-governadores, políticos de diversos partidos, parentes, empresários e amigos estiveram presentes. O governador Jaime Lerner permaneceu a maior parte do dia no velório, acompanhando mais tarde o cortejo e o enterro do colega de partido.

Vários dos políticos presentes ao funeral fizeram questão de relembrar que tiveram suas carreiras impulsionadas pelo ex-governador. O deputado estadual Marcos Isfer (PFL), chegou a dizer que sua vinda para o Paraná se deveu ao governo de Ney Braga. “Estava em São Paulo, tinha 23 anos e estava recém-formado. Vi as transformações que estavam acontecendo no Paraná e resolvi largar tudo para vir a Curitiba”, declara.

O candidato a vice-prefeito na chapa de Ângelo Vanhoni (PT) em Curitiba, José Maurino (PPS), mostrou um outro tipo de influência que o ex-governador teve sobre a nova geração de políticos do Estado. O candidato disse que conheceu a história de Ney Braga nos livros didáticos, em seus primeiros anos de escolaridade.

Um dos filhos do ex-governador Ney Braga, Antônio Lacerda Braga Neto, disse que por 40 anos os filhos “tiveram um pai meio distante, que pertencia mais ao povo do que à família”. Mesmo assim era respeitado e visto como uma referência. “Ele com certeza será uma pessoa lembrada com emoção e carinho e vai continuar sendo nosso farol”, afirmou.

O deputado estadual Tony Garcia, que foi casado com uma das filhas do ex-governador, disse que sua família sabia que precisava se resignar à ausência do político. Segundo o deputado, o ex-sogro não costumava estimular os jovens a seu redor a entrar na vida pública, que considerava difícil e extenuante.

Apesar disso, vários dos familiares que participaram ontem das últimas homenagens ao ex-ministro decidiram seguir a carreira política. Um deles foi o diretor administrativo da Itaipu Binacional e primo de Ney Braga, Fabiano Braga Cortes afirmou que o Paraná perdeu um grande líder e estadista. “Era um homem que

sempre lutou para ter o poder mais jamais se serviu desse poder”.

Rogério Galindo
Raquel Zolnier

LEMBRANÇA:

Quase assumiu a Presidência

O ex-governador Paulo Pimentel lembrou ontem que Ney Braga esteve muito perto de assumir a Presidência da República, em 1967. No fim de seu governo, o general Castello Branco teria o paranaense como favorito para assumir o posto como seu sucessor.

No entanto, segundo Pimentel, o general Costa e Silva tinha maior força dentro do Exército, que acabou lhe levando ao Poder. Mesmo assim o político paranaense continuou tendo importância no processo de sucessão e obrigou o novo governo a tentar uma forma de composição. “Fui incumbido por Costa e Silva de tentar vencer Ney Braga a ser seu vice”, conta Pimentel.

A proposta, porém, não foi aceita pelo paranaense. Caso tivesse decidido participar do novo governo, Ney Braga poderia ter assumido a Presidência dois anos depois, com a morte de Costa e Silva.

“Pela Lapa, eu morro”

Na Lapa, onde Ney Braga nasceu, também foi decretado luto oficial por três dias. “Nós estamos todos tristes pela perda do maior homem público lapaense da atualidade. E não poderia ser diferente, porque, além de um político brilhante, Ney Braga sempre foi muito zeloso com sua cidade natal, acompanhando todas as etapas de seu desenvolvimento e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida”, comentou o prefeito Miguel Lourenço Horning Batista.

O prefeito lembrou que Ney Braga nunca escondeu seu amor pela Lapa, que se traduziu em obras com a Rodovia do Xisto, avenidas asfaltadas e escolas. Ele celebrou uma frase que traduzia sua paixão pela cidade “Pelo Brasil, eu mato. Mas pela Lapa, eu morro”, adaptando uma citação do famoso repentista do Pará, Paula Ney.

A relação de Ney Braga com a Lapa começou com seus antepassados, que tiveram papéis importantes no desenvolvimento da cidade, que hoje tem 43 mil habitantes.

No livro “Ney Braga: tradição e mudança na vida política”, o próprio Ney resume a história de sua família. Seus avós maternos - Maria Eufrásia Faria de Barros e José Aminthas Costa Barros - participaram ativamente da política no final do século (1890).

“No cerco da Lapa, meu avô, liderado pelo general Carneiro, comandava um batalhão de civis. Minha avó contava emocionada o episódio doloroso e cruel de sua morte. Antes de sair de casa, José Aminthas despediu-se da filha, minha mãe, que tinha menos de dois anos. Beijou-a e disse: Eu volto, não tenha receio. Saiu. Logo

adiante uma rajada de tiros o matou”. Com o passar dos anos, os Braga e os Lacerda, de quem o ex-governador também é descendente, continuaram dando contribuições à política, mas, por vezes, ficaram em lados opostos. Ney Braga teve, então, que assumir o papel de mediador e por isso o ex-ministro Pedro Calmon, da Educação, disse, certa vez, que ele “nasceu sob o signo da conciliação”.

Ney Braga: memória de vida

Rafael Greca de Macedo

Ney Braga representa pelo menos meio século da história moderna do Paraná.

Sua trajetória entre a prefeitura de Curitiba, em 1954, a Câmara dos Deputados de 1958 a 1960, o governo do Paraná, entre 1961 e 1965, os Ministérios da Agricultura e da Educação e Cultura nos governos da Revolução, o Senado da República de 1967 a 1974 e o seu segundo mandato de governador quando da redemocratização do Brasil, entre 1979 e 1982, marcou profundamente a transformação política e econômica do Estado.

Prefeito, ainda antes de eu nascer, sei que organizou as bases do atual sistema de transporte coletivo da cidade, criando as primeiras empresas de ônibus que substituíram as antigas linhas de lotação. Foi inovador e amou a cidade. Foi por ela conduzido ao governo do Estado.

Governador, semeou entre nós o pensamento desenvolvimentista, da escola democrata cristã, fomentando importantes iniciativas de modernidade tais como a Codepar (Companhia de Desenvolvimento do Paraná), que daria origem ao Badep e outras empresas estatais de infra-estrutura: Fundepar, Telepar e Cafe do Paraná.

Militar de carreira, professor de artilharia, sabia como poucos a importância de atingir o alvo. De não dispersar esforços e não perder tempo no exercício do poder. No início dos anos 60, governou assim. Há historiadores que dizem ter nascido ali o Paraná contemporâneo e industrializado.

A unidade física e política entre o Paraná tradicional e o Norte Novíssimo, com a completa ocupação do território do Estado, são frutos de seu primeiro governo, quando foram construídas a Rodovia do Café, ligando Curitiba a Londrina, e a ferrovia Ponta Grossa - Apucarana.

O aproveitamento do potencial hidrelétrico do Estado, através da Copel, criada pelo antecessor, governador Bento Munhoz da Rocha, teve em Ney Braga grande incentivador, com a exitosa construção da usina Capivari-Cachoeira.

A diversificação da agricultura, com a substituição de lavouras de café por plantações de milho e soja, e a introdução da mecanização do campo, também foram iniciativas de Ney Braga, na Cafe do Paraná.

A modernização da telefonia, com a implantação da Telepar, primeira empresa estadual do país, também principiou com Ney Braga. Sua visita ao presidente

Kennedy no início dos anos 60, e as ações da “Aliança para o Progresso” entre nós, marcaram nítida opção pela ideologia desenvolvimentista que plasmou o Brasil no final do século 20.

Ney Braga foi líder político de toda uma geração que vai de Alex Beltrão e Afonso Camargo a Paulo Pimentel, Saul Raiz, Karlos Rischbieter, Maurício Schulman, José Richa, Norton Macedo e Fabiano Braga Cortes.

Sua paixão pelo teatro, colocou Curitiba no roteiro cultural do Brasil, pela amizade do então governador pelos produtores culturais do nível de Maria Della Costa, Tônia Carrero, Paulo Autran, Nicete Bruno e Paulo Goulart, Cláudio Correia e Castro, Fernando Torres e Fernanda Montenegro.

A entrada de Ney Braga na Eternidade lança o Paraná em obrigatória reflexão sobre aquilo que somos, e sobre maneira as esperanças que ainda temos daquilo que poderemos ser.

Rafael Greca de Macedo é deputado federal pelo PFL/PR

O governador Jaime Lerner decretou luto oficial de sete dias e também instituiu, ontem, ponto facultativo nas repartições públicas, pela morte do ex-governador Ney Braga. Presente ao velório, Lerner lamentou a perda do estadista, que, na sua opinião, deixou uma profunda marca na história paranaense, projetando o Estado para um novo tempo. “A sua gestão, nos anos 60, representou um novo momento na história do nosso Estado. Ele preparou a infra-estrutura e as condições que colocaram o Paraná na posição em que está hoje. Conseguiu unir as regiões Norte e Sul e preparou a estrutura de energia elétrica para que o Paraná aproveitasse todo o seu potencial. Deixa, assim, uma notável folha de serviços a todos os paranaenses. É uma perda muito grande”, comentou o governador.

Diante destas contribuições, Lerner disse que, em sua carreira, Ney Braga conseguiu somar ao bom e ousado administrador, o político sábio e incansável. “Ele escreveu uma longa e produtiva biografia política, que revela notável sabedoria e grande dedicação à causa pública. Sua trajetória política, associada à condição de grande ser humano que foi, o fazem merecedor da mais profunda gratidão e reconhecimento dos brasileiros do Paraná”.

Na Assembléia Legislativa foi decretado luto oficial de três dias e cancelada a sessão de ontem. O presidente da Casa, deputado Nelson Justus (PTB), lamentou a morte de Ney Braga, principalmente pela relação de amizade que ele mantinha com sua família, em especial com seu pai, Nelson de Macedo Justus. “Com a morte dele, o Paraná perde uma de suas maiores referências, não apenas política e cultural, mas, acima de tudo, uma referência moral”, ressaltou o presidente da assembléia.

Justus disse que era bastante comum que, mesmo nos últimos anos as pessoas recorressem ao ex-governador

dor sempre que se deparavam com uma decisão importante. “Foi assim durante toda a sua carreira”.

Interior

No interior do Estado, a morte do político também foi recebida com tristeza, principalmente no Norte do Estado, já que foi Ney Braga quem conseguiu integrar a região com o restante do Estado, pela construção da Estrada do Café. No Sudoeste, os cerca de seis mil moradores do município cujo o nome presta homenagem ao ex-governador tiveram mais motivos para lamentar a perda. Nas escolas de Braganey (a 46 quilômetros de Cascavel), os professores de história dão ênfase especial aos dois governos de Ney Braga, considerado o “pai da cidade”, criada em 1982. Por isso, muitos moradores, desde criança, foram criando uma espécie de laço afetivo com o político. O prefeito, Armerindo Denardin, decretou luto de três dias no município.

Curiosidade

Atlético: uma das paixões de Ney Braga

Além de sua reconhecida atuação na esfera política, o ex-governador Ney Braga também era um ilustre torcedor do Atlético Paranaense. Nunca esteve na diretoria do clube, mas sempre foi um dos membros mais atuantes do Conselho Deliberativo. Hoje, quando se fala em Estádio Joaquim Américo sempre se lembra de seu nome. “Era um atleticano doente”, enaltece o empresário e presidente de honra do clube, Mário Celso Petraglia. de acordo com ele, Ney foi um homem que deixou uma marca com a sua existência. “Ele muito fez por todos os paranaenses, particularmente pelos atleticanos” comentou. Segundo Petraglia o ex-governador era uma referência na história recente do Atlético. “Ele me ajudou muito quando da minha entrada no clube e, sempre que precisamos, recorremos a ele”, disse. Para o presidente de honra do Rubro-Negro, a perda de Ney Braga deixa uma lacuna. “Sua principal característica era a visão grandiosa e sua força para trabalhar”, completou. Ontem, no velório de Ney Braga, no Palácio Iguaçu, uma bandeira rubro-negra acompanhava a bandeira do Estado do Paraná em seu guardamento.

Centenas de pessoas entre parentes, amigos e admiradores se revezaram, durante toda a tarde de ontem, para prestar a última homenagem ao ex-governador Ney Braga. Entre os políticos presentes, representantes de meio século da história da política do Estado, desde pessoas que trabalharam com Ney Braga, até os mais novos.

Três ex-governadores marcaram presença. O ex-governador Emílio Gomes disse que não poderia deixar de comparecer, pelo peso que o colega teve na história do Estado. “O Paraná sempre respirou Ney Braga, ele é o pai da inovação administrativa e a turma que ele criou, os neyboys, está até hoje aí, na política”.

Paulo Pimental destacou o trabalho conjunto que teve a oportunidade de fazer com Ney Braga, citando a construção de estradas e de usinas hidrelétricas. O ex-governador José Richa, que foi chefe de gabinete do gov-

ernador Ney Braga, definiu o colega como uma grande figura política do Brasil e do Paraná. “O ex-governador Ney Braga deu chance a gente jovem como Arnaldo Busato, Reinhold Stephanes e eu, iniciando a partir de 1960 uma nova fase na política paranaense. Ele também revolucionou no plano administrativo, quando criou a Codepar, um instrumento de desenvolvimento transformado no antigo Badep.

Devotado

O general Ítalo Conti, que foi colega de turma e de exército de Ney Braga, disse que o ex-governador sempre foi coerente com os ideais da mocidade e quando fez a opção pela carreira política surpreendeu a todos. “Era inteligente, trabalhador e profundamente devotado à carreira, iniciando a modernização do Estado”. Para o ex-deputado Erondi Silvério, “como governador, Ney Braga fez realizações fantásticas, alavancando o crescimento do Estado. “O maior exemplo que deixa é de que, mesmo tendo exercido vários mandatos políticos, terminou a vida vivendo modestamente, na mesma casa e o mesmo telefone”.

Afonso Camargo, secretário no primeiro governo e depois adversário político quando disputou as eleições para governador junto com Paulo Pimentel, comentou que “Ney Braga era um grande administrador, carismático e não deixava um papel sobre a mesa. Era rápido nas decisões e com isso fez grande governo”.

Candidatos

O prefeito Cássio Taniguchi comentou que deve a Ney Braga sua vinda para Curitiba. Aos 23 anos, ele viu que o ex-governador estava fazendo no Estado e se inspirou a vir para o Paraná, onde começou trabalhando como engenheiro da Codapar, em 1965. “Como prefeito, ele estruturou a cidade, começando a modernização do transporte coletivo. No governo do Estado, teve um papel importante, ao impulsionar a agroindústria”.

Opositor do prefeito na sucessão municipal, o candidato a vice-prefeito na chapa do petista Ângelo Vanhoni, José Maurino, representou o partido. “Como cidadão paranaense e iniciante na vida pública, não podia deixar de participar de um ato tão importante”.

Ex-companheiro

Reinhold Stephanes, que foi secretário de Agricultura de Ney Braga, considera que um dos principais feitos dele foi a integração do Norte com o Sul. “Ele também fez escola, descobrindo muitos políticos, como Jayme Canet, José Richa, Paulo Pimentel, Karlos Richbieter”.

O secretário da Casa Civil, Alcení Guerra, definiu Ney Braga com três palavras: “pacificador, unificador e modernizador do Paraná”. Segundo ele, o ex-governador foi o precursor da reforma agrária no Oeste e Sudoeste do Paraná. “Pelo menos 200 mil proprietários de terras ganharam os títulos de propriedade diretamente das mãos dele”, recorda.

Para João Dedeus Freitas Neto, ex-diretor da Imprensa Oficial no governo Ney Braga, ele marcou uma era

em todos os setores do Estado. Quase tudo que existe relacionado ao planejamento no Paraná começou quando ele era governador, como a criação da Codepar, Copel e Sanepar, entre outras.

Secretários

Alex Beltrão, secretário estadual de assuntos estratégicos, disse que perdeu um amigo de quase 60 anos de convívio. “Para o Paraná é o encerramento de um ciclo. O Ney, com suas origens de lapeano, foi se absorvendo com as coisas do Estado. Além de modesto, era muito companheiro”.

A secretária da Cultura, Lúcia Camargo, definiu Ney Braga como um dos mais importantes governadores para a cultura não só no Paraná, mas em todo o Brasil. “Ele sempre entendeu a cultura como elemento importante na formação e na formação das políticas de governo”.

Ney Braga não deixa herdeiros políticos

Liderança foi consolidada pelos mandatos populares

O ex-secretário particular de Ney Braga e ex-deputado federal Norton Macedo disse ontem que ele deixou amigos de várias gerações, mas não se preocupou em formar herdeiros políticos. “Vários desses amigos exerceram ou exercem atividade política”. Macedo citou, entre eles, o governador Jaime Lerner e o prefeito de Curitiba, Cassio Taniguchi.

Segundo Macedo, a liderança política do ex-governador foi consolidada pelos mandatos populares (prefeito de Curitiba, deputado federal e o primeiro mandato de governador) e pelos muitos cargos que exerceu (ministro da Educação, ministro da Agricultura e o segundo mandato de governador, entre outros). “Circunstâncias políticas da época impediram que ele viesse a exercer o cargo de presidente da República”, lembrou.

Ney esteve por duas vezes na lista de “presidenciais”. A primeira, para suceder o presidente Humberto de Alencar Castelo Branco mas quem assumiu foi Arthur da Costa e Silva. A segunda, para suceder o general Ernesto Geisel, que indicou João Batista Figueiredo como sucessor.

Macedo diz que Ney não se sentia à vontade com esse tipo de escolha e com a idade foi se desencantando da política. Ainda exerceu as presidências da Itaipu Binacional e do conselho da Copel quase até o fim da vida. “Sua vocação era servir”.

Senadores destacam sua importância

Reconhecido por adversários, Braga definiu a estrutura do Paraná

O senador Álvaro Dias (PSBD) apresentou ontem um requerimento de pesar e condolências à família Braga, afirmando que Ney foi o maior líder político paranaense do século que termina. “Com uma brilhante carreira política, Ney Braga deixou gravada profundamente, de maneira positiva, a marca de sua longa e profícua passagem pela vida pública paranaense e brasileira. O papel

histórico que ele desempenhou no processo de desenvolvimento do nosso Estado, na sua organização, tem que ser reconhecido mesmo por seus adversários políticos. A nossa aproximação política aconteceu quando eu era governador e o Ney Braga estava na Itaipu, para depois ele declarar-se meu eleitor.”

Para o senador Roberto Requião (PMDB), Ney Braga foi um grande governador. “O seu primeiro mandato definiu a estrutura do Paraná, quando surgiram importantes empresas públicas: Codepar, Copel e Sanepar. Tive o prazer de nomeá-lo conselheiro da Copel, onde foi presidente do Conselho e depois pediu demissão por não concordar com a privatização da empresa. Lastimo que o homem que modernizou o Estado, tenha morrido sabendo que querem privatizar a Copel e o Banestado.”

Em 1990, o ex-governador Ney Braga decidiu editar as memórias de sua trajetória política para transformá-las em um livro. A biografia, que leva o seu nome e o subtítulo *Tradição e Mudança na Vida Política*, foi lançada em 1996 e dispõe as informações em forma de entrevista aos jornalistas Adherbal Fortes de Sá Júnior e Gladimir Nascimento.

Confira a seguir os principais trechos de uma entrevista concedida à *Gazeta do Povo*, no início da década de 90, quando Ney Braga decidiu editar a publicação:

Gazeta do Povo - Como começou a sua vida política, já que o senhor era do Exército?

Ney Braga - Minha vida política começou com a eleição para a prefeitura de Curitiba, em 1954, na primeira eleição para prefeitos de capitais. Na época eu era militar. Fui oficial de Educação Física e acabei sendo escolhido diretor de esportes do Clube Atlético Paranaense. Nessa época já era oficial-civil, que gostava de orientar o pessoal e conquistava com conselhos.

- E sua atuação como chefe de polícia?

- Nessa fase eu coloco os episódios ocorridos terras no Sudoeste do Paraná, as greves, a revolta na penitenciária da Ahú - em que estive presente como apaziguador - e o meu relacionamento com os estudantes. O respeito mútuo era tanto que certa vez eu permiti uma passeata e na hora as autoridades maiores me chamaram e determinaram que ela não fosse feita. Eu fui à Casa do Estudante, subi numa mesa e disse: “Eu permiti essa passeata e vocês podem fazê-la. Agora, se fizerem, na mesma hora eu saio da Chefatura de Polícia. Eles não fizeram e eu permaneci no cargo.

- O que marcou mais sua passagem pela prefeitura?

- Quando ingressei na vida pública, levei junto esse conceito de dialogar, de delegar poderes. Nós tínhamos um plano resultado do esforço do grupo e tanto na

prefeitura quanto nos governos e nos ministério sempre fiz questão de mostrar que cada um tem a sua missão, com liberdade de escolha das pessoas para trabalhar. Para mim esta é a única fórmula que dá certo.

Na prefeitura de Curitiba, nós implantamos o plano de transporte coletivo, o plano urbanístico, pois a cidade só tinha um plano viário, criado pelo Agache. Nós fizemos o zoneamento da capital em áreas de comércio, de indústrias e residencial. Abrimos muitas ruas e trabalhamos bastante pelo setor cultural. Eu sempre prestigiei muito a cultura em todos os segmentos, desde o teatro ao circo. Realizamos na época, em Curitiba, o Primeiro Festival do Cinema Nacional.

- *Quais foram suas metas em Curitiba, na época?*

- Nossa meta era administrar a capital no sentido do desenvolvimento econômico e social. Estruturar a cidade para isso. Nós vimos que Curitiba enchia muito com as chuvas e fomos buscar o Prestes Maia (engenheiro e futuro prefeito de São Paulo) para fazer um projeto de canalização dos rios, protegendo os fundos de vale e afastando as construções das margens. A partir daí, com outros bons prefeitos, o trabalho teve continuidade. O Jaime Lerner é um homem de grande capacidade urbanística, mas ele não criou Curitiba. Ele recebeu a cidade e continuou.

- *E no governo do Paraná?*

- Quando assumi o governo do Estado pela primeira vez, o Paraná não tinha energia, era tudo escuro. Até em Curitiba a energia era racionada. Nós compramos energia da estrada de ferro, mandamos acelerar a construção da usina de Figueira, levamos a energia a Ponta Grossa e Paranaguá. Em Curitiba compramos vários grupos geradores da General Eletric. O Kennedy, quando o visitei, me deu dez milhões de dólares da “Aliança para o Progresso” e aí pudemos levar energia também para Umuarama e Cruzeiro do Oeste. E começamos a construir pequenas usinas aqui e ali, pagamos cem milhões de títulos vencidos da Copel. O Paraná começou a se desenvolver antes da Revolução de 1964, mas é bom lembrar que o movimento revolucionário também ajudou muito o Paraná e cito especialmente os governos dos presidentes Castelo Branco e Geisel.

- *E sua passagem pelo governo federal, no Ministério da Agricultura, com o marechal Castelo Branco, e no MEC, com o general Geisel?*

- Sinceramente, acho que fizemos um bom trabalho. Na época que assumi o Ministério da Educação, em pleno regime de exceção, nunca apliquei um ato do famoso Decreto Lei 477 e me lembro que consegui quebrar barreiras consideradas politicamente intransponíveis. Fui à PUC do Rio de Janeiro e, claro, me vaiaram logo na entrada. Mas depois que falei a vaia parou, consegui fazer a minha palestra e me saí muito bem. Depois, lá no recife, um adversário meu me deu os parabéns e

lembrou que há dez anos um ministro da Educação não conseguia pôr os pés na PUC. E consegui fazendo apenas aquilo no qual acredito: respeito e diálogo. O diálogo é a única forma de resolver divergência. É por isso que nunca deixei de receber pessoas de qualquer partido.

No Ministério da Agricultura, criamos o preço mínimo antes do plantio, a lei do reflorestamento - que depois foi deturpada. Aplicamos também o Estatuto da terra e estimulamos as escolas técnicas.

- *A que atribuiu sua longa permanência na política e sua liderança?*

- Há muita gente que diz que minha carreira política teve grande ascensão em pouco tempo e querem justificar com um monte de explicações. A explicação mais próxima da verdade é o meu modo de agir. Sou um político que aprendeu que as conquistas só são conseguidas com diálogo e conselhos. Minha liderança política é reflexo do meu coração, da minha cabeça, dos meus sentimentos.

Sou um humanista que se sensibiliza com os que sofrem e tenta ajudá-los. Acho também que um homem só não faz nada e aprendi a dizer sempre nós.

Aprendi isso em casa, na escola e na vida militar. Por isso, procuro me cercar de pessoas que tenham honestidade e competência.

- *Mas o senhor teve amigos também em outras áreas.*

Fui benquisto pelos governos da Revolução, mas também o era pelo Juscelino, que sempre me tratou muito bem, pelo Jânio e pelo Tancredo Neves, que era muito meu amigo. Quando o Tancredo veio a Curitiba na campanha presidencial, a única casa que ele visitou foi a minha. Eu sempre cultivei muitas amizades, através do diálogo e do respeito, e me orgulho muito disso.

- *Como foi sua participação em 1964?*

- Talvez tenha sido minha postura que me fez ser convidado a participar de todos os episódios mais importantes da história recente. Eu estive com o governador Magalhães Pinto, em Belo Horizonte, na antevéspera de 1964. Conversei com o general Carlos Luís Guedes e quando voltei ao Paraná, no dia 28 de março, já tinha tomado posição de apoio. Eu sempre tomei posição, em todos os assuntos.

- *Como avalia o movimento de 1964?*

- Apoiei a Revolução porque, na época, era o melhor para o nosso país e porque confiava totalmente nos homens que a fizeram, especialmente no Geisel e no Castelo Branco. Aceitei por irrestrita confiança nas suas intenções de resolver os problemas maiores do Brasil e no encaminhamento do país para a democracia. Todos sabíamos que o caminho era democrático - isso o Castelo dizia e o Geisel cansou de afirmar.

- Qual sua opinião sobre os governantes do Brasil e as lideranças nacionais que conheceu?

- Os presidentes que, pela correção de atitudes e simplicidade, mais se aproximaram do povo foram Getúlio, Juscelino, Castelo e Geisel, porque entendiam que a presunção afasta o povo e a simplicidade "é o mais alto degrau da sabedoria".

- E os melhores presidentes que conheceu?

- Castelo Branco e Ernesto Geisel.

- Os políticos civis que mais o impressionaram?

- Milton Campos, Queirós Filho, Carvalho Pinto e Danil Krieger, para citar só quatro, pois foram muitos os que me ensinaram bastante.

- O senhor foi cotado para presidente da República. Como foi isso?

- Fui cogitado por duas vezes. A primeira, no final do governo Castelo Branco, quando participei da lista quántupla apresentada pelo próprio presidente. A segunda foi menos direta e apenas falavam que eu era o nome preferido do presidente Geisel.



Posse na prefeitura de Curitiba. Em seguida começaram importantes obras de urbanização, como o asfaltamento da Rua Emiliano Perneta, no centro, em junho de 1957. (detalhe)

NEY AMINTAS DE BARROS B

Defensor das liberdades

OS GOVERNOS militares não eram monolíticos. Apesar da aparente unidade político-ideológica que permeou o regime inaugurado com a Revolução de Março de 64, diferenças importantes separavam seus principais líderes.

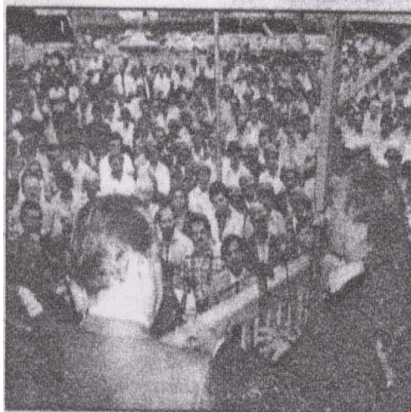
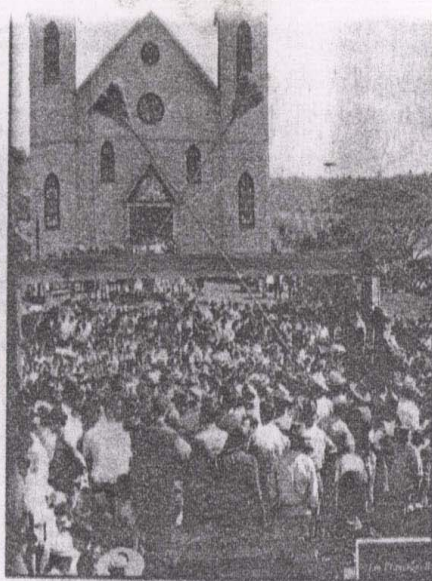
Havia os mais comprometidos com os ideais democráticos; outros preferiam ficar entre os mais austeros, conhecidos como da "linha dura". Havia militares saídos diretamente da caserna para o governo, assim como havia civis comprometidos

Em dezembro de 52, Bento Munhoz da Rocha empossa o então major Ney Braga na Chefatura da Polícia, cargo que hoje equivale ao de secretário de Segurança do Estado. Começava ali a sua trajetória política.

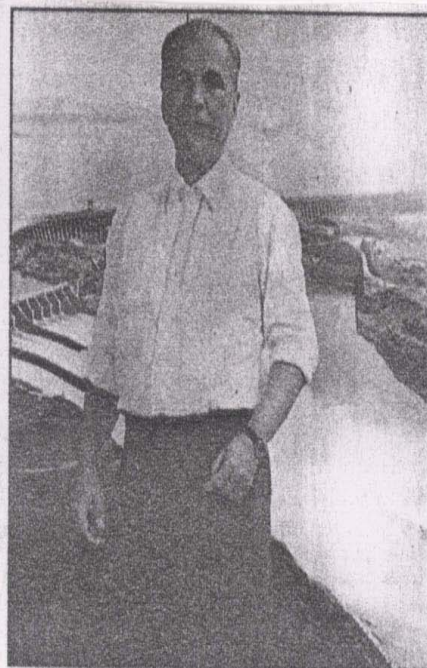


No Congresso de Municípios de 1956, Ney Braga recebe do presidente Juscelino Kubitschek a homenagem como prefeito de Curitiba, "uma das 10 cidades de maior progresso no país".

Campanha para
o governo em
Francisco
Beltrão. Região
Sudoeste vivia
momento difícil
em torno da
questão agrária.
Ney Braga
agregou apoio
em torno de pro-
postas para o
desenvolvimento
agrícola.



Ney Braga teve
como marca os
investimentos
nos transportes.
A Ferrovia da
Soja (esq.) foi
inaugurada por
ele em 82, assim
como muitas
estradas, como a
Rodovia do Café
(abaixo), construí-
da de 62 a 65.



Diretor-geral da
Itaipu
Binacional,
último cargo
público
exercido por
Ney Braga,
encerrando o
ciclo de quase
meio século.
Durante a
gestão,
importantes
conquistas
foram
registradas,
incluindo a
criação do
Museu.



Em julho de 1980, na histórica visita a Curitiba, o papa João Paulo II é recepcionado pelo governador Ney Braga e a primeira-dama Nice Braga.



